



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA**

STÉPHANIE LIMA FECHINE DE ALENCAR

O EXERCÍCIO DO *SOFT POWER* E AS IDENTIDADES NACIONAIS

**CAMPINA GRANDE
2022**

STÉPHANIE LIMA FECHINE DE ALENCAR

O EXERCÍCIO DO *SOFT POWER* E AS IDENTIDADES NACIONAIS

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em formato de monografia, apresentado ao curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título Bacharel/Licenciado em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia.

Orientadora: Prof^a Dr.^a Carla de Sant'Ana Brandão Costa

**CAMPINA GRANDE
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A368e Alencar, Stephanie Lima Fachine de.
O exercício do *soft power* e as identidades nacionais
[manuscrito] / Stephanie Lima Fachine de Alencar. - 2022.
87 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2022.

"Orientação : Profa. Dra. Carla de Sant'Ana Brandão Costa , Coordenação do Curso de Psicologia - CCBS."

1. Psicologia Social. 2. Identidade nacional. 3. Estrangeirismo. 4. Representação social. I. Título

21. ed. CDD 302

STÉPHANIE LIMA FECHINE DE ALENCAR

O EXERCÍCIO DO *SOFT POWER* E AS IDENTIDADES NACIONAIS

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em formato de monografia, apresentado ao curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título Bacharel em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia.

Aprovada em: 10/03/2022.

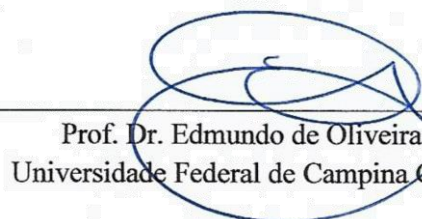
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Carla de Sant'Ana Brandão Costa (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Wilmar Roberto Gaião
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Edmundo de Oliveira Gaudencio
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

*Ao povo latino-americano e àqueles que foram
subjugados por práticas imperialistas, em
especial ao povo brasileiro.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por acompanhar-me durante toda a minha vida, por ter me ajudado a fazer escolhas importantes com as quais eu me identifico profundamente e, principalmente, por ter me proporcionado a companhia, amizade e amor das pessoas com quem convivo.

Aos meus pais, Socorro e Joaquim, pelo amor e incentivo constante a tudo o que eu me proponho a fazer. Obrigada por sempre estarem ao meu lado e por me incentivarem a seguir os meus sonhos. Eu não seria quem sou sem vocês.

Aos meus irmãos, Sabrina e Joaquim, por serem meus companheiros por toda a vida e durante todos os momentos. Ao meu cunhado, Marcelo, por seu apoio e estímulo durante essa caminhada. Obrigada, também, por se fazerem presentes e participarem de todas as discussões em que mencionei a palavra “TCC”. À minha irmã de coração, Morgana, por todo o carinho, atenção e por sempre ter me acompanhado e me incentivado.

Às minhas avós, Eunice e Dulce, e aos meus avôs Cosme (*in memoriam*) e Joaquim, pelo exemplo de persistência e pelas manifestações de carinho, cada experiência trocada em nossas conversas serve de inspiração para minha vida.

Agradeço, também, a todos da minha família que sempre me acompanharam e cujo carinho e atenção foram essenciais para a minha vida.

Aos meus amigos de muitos anos, Ester, Herbert, Isabela Alice, Maria Clara e Mariana, por mostrarem, desde sempre, o valor da amizade e por fazerem parte da minha vida, estando sempre ao meu lado em todos os momentos. Agradeço também a Valmir, por me incentivar e por acompanhar todo o processo de escrita do TCC, sempre envolvido nas minhas discussões sobre as possibilidades de refletir sobre esse tema, fazendo-se sempre presente, ainda que distante.

Aos meus amigos e companheiros de curso, Débora, Maria Aparecida e Mateus, por compartilharem comigo os melhores momentos da minha formação acadêmica, por estarem ao meu lado durante os momentos complicados que surgiram, pelos incentivos para seguir determinadas escolhas e pela amizade que vou levar para toda a vida.

À Carla Brandão, professora que foi fundamental para a minha formação acadêmica e que serve de exemplo pessoal e profissional, agradeço por me acompanhar durante minhas primeiras experiências na prática clínica e me dar a segurança que eu precisava para essa prática. Agradeço, também, por ter aceitado orientar este trabalho, por assumir, junto comigo,

o desafio de trabalhar uma temática complexa e, principalmente, por confiar na minha proposta de tema e sugestões para a escrita.

À Coordenadoria de Relações Internacionais (CoRI), por todos os serviços prestados à comunidade e por ter me proporcionado a oportunidade única de realizar um intercâmbio durante a graduação, algo que ampliou a minha visão de mundo e que me permitiu repensar escolhas para o meu futuro.

Aos professores da banca examinadora, por aceitarem participar deste trabalho e por contribuírem com as suas experiências para a leitura atenta e para o aperfeiçoamento do estudo.

Por fim, agradeço aos professores do curso e funcionários do departamento de psicologia, por terem feito parte da minha vida nos últimos anos, por terem me proporcionado uma formação acadêmica de grande qualidade e agradeço à UEPB por sua importante contribuição para a Paraíba.

[...]

*Eram só três caravelas
E valeram mais que um mar
Quanto aos índios que mataram*

*Ah! Ninguém pôde contar
Quando esses homens fizeram
O mundo novo e bem maior
Por onde andavam nossos deuses
Com seus Andes, seu condor?*

*Que tal a civilização
Cristã e ocidental...
Deploro esta herança na língua
Que me deram eles, afinal*

*Diz, América - que és nossa
Só porque hoje assim se crê
Há motivos para festa?
Quinhentos anos de quê?*

Belchior

RESUMO

As identidades nacionais são um aspecto bastante particular de cada sociedade, configurando-se como uma categoria rica de estudo por abarcar as representações sociais que uma comunidade tem de si mesma, como um grupo, e o modo como ela compreende e se relaciona com o mundo. Em função de sua natureza social e de sua complexidade, o estudo das identidades envolve uma discussão interdisciplinar sobre questões como cultura e relações de poder, de modo que a psicologia social tem muito a contribuir. Considerando a compreensão das identidades nacionais como atos linguísticos baseados na delimitação proporcionada pela diferenciação entre o “eu” e o “outro”, além de ser constituída por produções culturais que promovem a integração social, as relações de poder baseadas, principalmente, em símbolos e discursos fazem parte da dinâmica desse processo identitário. Concomitantemente a isso, tem-se a noção de um poder sutil exercido pela habilidade de influenciar o comportamento de outros países para obter os resultados desejados por meio da persuasão e da atração. Esse poder, chamado *soft power*, encontrou na instrumentalização da cultura uma maneira viável de difundir determinados valores e práticas que têm significado para aquela sociedade e torná-los atrativos e influentes para outras. Baseando-se na ideia de que as produções culturais refletem o modo como as comunidades compreendem o mundo, torna-se importante a discussão sobre a instrumentalização da cultura em função de relações de poder, com base nas repercussões para as identidades nacionais das comunidades envolvidas. Desse modo, este estudo propõe uma reflexão acerca dos possíveis impactos do exercício do *soft power* nas identidades nacionais e também discute sobre as possibilidades de repercussão desse exercício de poder na integração social e nas representações sociais de um povo em comparação ao estrangeiro. Por último, propõe-se uma reflexão sobre o caso do estrangeirismo, à luz dessas discussões, com o objetivo de aproximar as formulações teóricas à realidade.

Palavras-chave: Psicologia Social. Identidade Nacional. Relações de Poder. Soft Power.

ABSTRACT

National identities are a very particular aspect of each society and can be seen as a rich category of study for encompassing the social representations that a community has about itself as a group and the way how it understands the world and relates to it. Due to its social nature and complexity, the study of identities involves an interdisciplinary discussion on issues such as culture and power relations, thus the social psychology has much to contribute. Considering the understanding of national identities as linguistic acts based on the delimitation provided by differentiating the “I” of the “other”, in addition to being constituted by cultural productions that promote social integration, power relations based mainly on symbols and discourses are part of the dynamics of this identity process. Concurrently with this, there is the notion of a subtle power exercised by the ability to influence the behaviour of other countries to obtain the desired results through persuasion and attraction. This power, called soft power, found in the instrumentalization of culture a viable way to spread certain values and practices that are meaningful for that society and make them attractive and influential to others. Based on the idea that cultural productions reflect the way communities understand the world, the discussion on the instrumentalization of culture in terms of power relations becomes important, based on the repercussions for the national identities of the communities involved. Thus, this study proposes a reflection on the possible impacts of the exercise of soft power on national identities and it also discusses the possibilities of repercussion of this exercise of power in the social integration and in the social representations of a people in comparison to the foreigner. Finally, a reflection on the case of foreignism is proposed in the light of these discussions with the aim of bringing theoretical formulations closer to reality.

Keywords: Social Psychology. National Identity. Power Relations. Soft Power.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. CULTURA E GLOBALIZAÇÃO	14
2.1. Concepções sobre cultura	14
2.2. O impacto da globalização nos processos culturais	17
3. IDENTIDADES NACIONAIS E PSICOLOGIA SOCIAL	22
3.1. As concepções de identidade nacional	22
3.2. Contribuições da Psicologia Social para a discussão de identidade nacional	27
4. RELAÇÕES DE PODER E CULTURA	33
4.1. Relações de poder por meio de símbolos e discursos	33
4.2. Poder, cultura e integração social	38
5. SOFT POWER	46
5.1. O desenvolvimento do <i>soft power</i>	46
5.2. Caracterizando o <i>soft power</i>	49
5.3. O exercício do <i>soft power</i> por meio da cultura	51
6. ANÁLISE E DISCUSSÃO	59
6.1. Os impactos do <i>soft power</i> nas identidades nacionais e suas repercussões	59
6.1.1. Os impactos do <i>soft power</i> nas identidades nacionais	62
6.1.2. Possibilidades de repercussão do <i>soft power</i> na integração social	66
6.1.3. Possibilidades de repercussão do <i>soft power</i> nas representações sociais de um povo em comparação ao estrangeiro	69
6.2. O caso do estrangeirismo e a centralidade da linguagem para as identidades nacionais	72
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83

1. INTRODUÇÃO

As identidades nacionais são um aspecto bastante particular de cada sociedade, configurando-se como uma categoria rica de estudo por abarcar as representações sociais que uma comunidade tem de si mesma, como um grupo, e o modo como ela compreende e se relaciona com o mundo. Silva (2000) explica que as identidades, de maneira geral, podem ser compreendidas como atos linguísticos pelo fato de se constituírem pela delimitação proporcionada pela linguagem na definição de "ser algo" e na diferenciação entre o "eu" e o "nós" do "outro". Em função de sua relação com a linguagem, o autor explica que as identidades compartilham características semelhantes às dela, como a imprecisão, a influência do meio social e o fato de ser formada por produções simbólicas e discursivas.

A referência ao termo "identidade nacional" baseia-se no fato do presente trabalho ser pautado nas relações internacionais, de modo que a delimitação precisa do tipo de identidade a ser estudada é fundamental. Dentre as classificações de identidades possíveis, como a identidade cultural, optou-se pelo estudo de identidades nacionais baseando-se na observação feita por Habermas (2000), em que o autor ressalta o conteúdo ambivalente do termo "nação" como se referindo, simultaneamente, a aspectos políticos e culturais. Desse modo, o estudo de identidades nacionais permite uma discussão que envolve delimitações territoriais de um Estado, influências políticas, relações internacionais, produções culturais, dentre outros.

Acerca das identidades nacionais, Silva (2000) afirma que elas, normalmente, são baseadas em essencialismos culturais. Os essencialismos culturais trazidos correspondem à utilização de produções culturais, como, por exemplo, a referência a "mitos fundadores", para a promoção de laços imaginadores entre indivíduos que estariam inicialmente isolados. Nessa perspectiva, o autor refere-se às identidades nacionais como "comunidades imaginadas", utilizando o termo empregado por Benedict Anderson, pelo fato de não serem naturais, mas, frutos do meio social, constituídas por símbolos, e que costumam ser estimuladas em função do seu caráter de integração social. Considerando esses aspectos, é necessário integrar as discussões sobre cultura e relações de poder às reflexões sobre identidades nacionais.

Stuart Hall (2000), partindo do âmbito social das identidades, também considera importante estudá-las vinculadas ao passado histórico e integrar discussões culturais e simbólicas. Junto a isso, ele destaca a necessidade de abarcar discussões sobre relações de poder, uma vez que o poder também se faz presente no meio social por meio de produções culturais e construções discursivas, perpassando, assim, as identidades. Dessa forma, alguns

apontamentos feitos por Bourdieu e por Foucault permitem uma compreensão mais ampla dos processos identitários.

Martín-Baró também confere grande importância ao estudo da identidade como forma de romper com situações de opressão e com posicionamento a-histórico que costumam pautar a atuação da psicologia. Propondo uma psicologia social mais engajada socialmente, o autor afirma que o profissional dessa área deve assumir uma postura crítica diante da sua realidade, considerando, assim, aspectos a importância do seu comprometimento com os aspectos socioculturais que se relacionam a situações de opressão de modo a não apenas estudá-los, mas compreender e atuar sobre as relações de dominação-submissão presentes na sociedade. Junto a outros autores, a psicologia social também traz muitos conceitos importantes que enriquecem o estudo das identidades, como a concepção de sentimento de pertença e de memória social, além do conceito de representação social apresentado por Moscovici (ARANTES, 2020; CHAMON; LACERDA; MARCONDES, 2017; DIAS, 2020; MARTÍN-BARÓ, 1996).

Sobre as relações de poder, é importante lembrar, como afirma Silva (2000, p. 97), que “a identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder”. Diante disso, as discussões feitas por Bourdieu (1996 apud GIORDANI, 2011) ressaltam a existência de um poder simbólico exercido, principalmente, pela linguagem por meio da legitimidade conferida à quem fala. Segundo o autor, a eficácia do poder simbólico baseia-se na possibilidade da linguagem construir realidades, uma vez que o ser humano apreende o mundo que vive por meio de um sistema simbólico. Assim, ao ser passível de construir realidades, esse poder também proporciona a influência sobre visões de mundo.

Junto a essa discussão, podem-se trazer as contribuições de Foucault sobre o poder. O autor afirma que o que existe é um poder institucionalizado que marca as relações sociais e permeia toda a sociedade. Desse modo, esse poder não se limita apenas ao Estado ou a um ponto centralizador, mas, sim, constituir-se-ia como uma rede. O autor aponta que o poder está presente no próprio saber e, também, é exercido pelo discurso. Algo que se destaca em seu trabalho é o fato de ele considerar a existência de aspectos positivos do poder, não o restringindo apenas à proibição, de forma que a sua eficácia reside no fato de ele não pesar com a imposição de um "não", mas pelo fato de permear as produções de saber, do discurso e de induzir ao prazer. Sobre isso, Foucault refere-se aos chamados "discursos de verdades" como relações pautadas no poder que repercutem no aprisionamento dos indivíduos (BRÍGIDO, 2013; FERREIRINHA; RAITZ, 2010; MAIA, 1995).

Considerando as interfaces entre cultura, relações de poder e identidade, emerge o debate sobre o *soft power* como um tipo de poder que pode ser exercido por meio da cultura e cujos impactos podem repercutir nas identidades nacionais. O termo *soft power* foi criado por Joseph Nye (1990) no contexto das relações internacionais no período pós-Guerra Fria para se referir a um tipo de poder mais sutil que não se basearia no uso da força, mas, sim, na habilidade de influenciar o comportamento de outros países para obter os resultados desejados. Desse modo, essa influência é exercida pela atração baseada na admiração dos valores de outro país, na inspiração nas atitudes e no desejo de atingir o mesmo nível de "prosperidade" de determinado país. De maneira geral, os aspectos que embasam o *soft power* são a persuasão e a sua habilidade de atração que levariam a um consentimento de um país agir conforme a vontade do outro (NYE, 1990; 2004).

Esse tipo de poder ganhou evidência no contexto pós-Guerra Fria em que as relações internacionais foram se complexificando, de modo que os países tornaram-se cada vez mais interdependentes e aumentaram-se os custos para exercícios de poder mais diretos, como intervenções militares. Nesse contexto, o *soft power* é utilizado como uma alternativa viável para o Estado atingir determinado objetivo no cenário internacional e a instrumentalização da cultura pelo *soft power* se destaca pelo seu caráter privilegiado de refletir os valores e as práticas que têm significado para aquela sociedade, conforme foi discutido (NYE, 1990; 2004). Assim, pode-se identificar várias práticas sutis de exercício de poder que utilizam da cultura para difundir ideologias e determinadas visões de mundo.

Diante dessa situação, e com base nas discussões que perpassam as ciências sociais e a psicologia, um primeiro objetivo deste trabalho foi discutir as interfaces entre relações de poder, identidade nacional e cultura de maneira interdisciplinar. Além disso, objetivou-se refletir acerca dos possíveis impactos de uma influência sutil estrangeira, realizada por meio da cultura, para as identidades nacionais, ou seja, os possíveis impactos do exercício do *soft power* para essas identidades. Essa reflexão se baseia na ideia de que as produções culturais refletem o modo como as comunidades compreendem o mundo, assim, é importante a discussão sobre a instrumentalização da cultura em função de relações de poder com base nas repercussões para as identidades nacionais das comunidades envolvidas. Além disso, considera-se a importância da participação da psicologia em discussões críticas sobre a realidade sociocultural e as contribuições que essa área de estudo pode trazer para as reflexões propostas.

Considerando a complexidade desta reflexão, ela foi dividida em três momentos: a reflexão mais ampla sobre os impactos do *soft power* para as identidades nacionais; as

possibilidades de repercussão desse exercício de poder na integração social; e a possibilidade de repercussão do *soft power* na representação social de um povo em comparação ao estrangeiro. Por último, também é apresentada uma reflexão acerca do fenômeno do estrangeirismo à luz dessas discussões entre identidade nacional e *soft power* como forma de aproximar as formulações teóricas à prática.

2. CULTURA E GLOBALIZAÇÃO

2.1. Concepções sobre cultura

Os estudos sobre cultura estão presentes em várias disciplinas das ciências sociais e apresentam diversas abordagens, abarcando desde análises etimológicas a estudos com comunidades específicas. Algo que perpassa todas as produções clássicas sobre a temática é o esforço de conceituar cultura sem que seja feita uma simplificação ou uma generalização do fenômeno cultural. Uma das primeiras concepções de cultura é atribuída ao antropólogo Edward Tylor, ainda no século XIX, em que ele considera a cultura como uma dimensão coletiva e complexa que expressa a vida do ser humano em sociedade. Outro autor que contribuiu para a evolução na concepção de cultura é Franz Boas, que se refere à cultura como algo que pauta a diferença entre as pessoas, de modo que não haveria diferenças inatas entre os indivíduos, apenas diferenças culturais adquiridas. Boas também faz referência ao relativismo cultural, destacando as particularidades que cada cultura pode assumir e a importância de respeitar as diferenças. Essas primeiras reflexões acerca da cultura já introduzem aspectos importantes que ainda são considerados atualmente, como o fato de ser decorrente de ações promovidas sob o contexto de uma comunidade, da existência de diversas formas de manifestação cultural e da impossibilidade de hierarquizar-las ou compará-las (TILIO, 2008).

Há também contribuições de Ruth Benedict e de Lévi-Strauss acerca da cultura que, apesar de terem sido adequadas por outros autores para a compreensão que se tem atualmente, consistiram em aspectos importantes para se pensar nos aspectos que constituem a cultura. Benedict faz referência à cultura como uma configuração de padrões recorrentes que implicam em uma totalidade homogênea e coerente. Atualmente, é difícil referir-se à cultura seguindo uma ideia de completa homogeneidade, já que é preciso considerar que, dentro de uma mesma comunidade, há variações nos grupos aos quais os indivíduos pertencem e, conseqüentemente, uma diversidade de produção cultural. Porém, é possível pensar na existência de certa coerência entre essas produções para que haja a identificação dos membros do grupo em torno das semelhanças. Sobre isso, Lévi-Strauss refere-se à totalidade da cultura como um conjunto de sistemas simbólicos que a representam. Segundo ele, esses sistemas simbólicos abarcaria aspectos sociais como a linguagem, a religião e a arte, ou seja, aspectos que exprimem a realidade daquela comunidade. A concepção de Lévi-Strauss sobre sistemas simbólicos permite compreender a cultura com base em graus de homogeneidade que podem existir nos mais variados grupos (TILIO, 2008).

Apesar de não ser possível falar em uma homogeneidade de fato, os estudos sobre cultura compreendem a ideia de totalização cultural como a tendência de convergência entre os diferentes âmbitos culturais. Essa tendência levaria a uma completude imaginária que seria facilitada por meio do discurso. Sobre essa tendência, Soares (2011 apud TILIO, 2008) destaca o contexto da globalização, afirmando que existe um discurso homogeneizador da totalização que se relaciona aos interesses dentro das relações de poder. Cuche (1999 apud TILIO, 2008), seguindo essa visão relacional da cultura, também a define segundo o seu caráter dinâmico e de “constante (re)invenção”. O autor destaca que a cultura é um produto social e que, por esse motivo, está sujeita às relações de poder, o que reflete na existência de grupos dominantes que têm a capacidade de impor suas culturas sobre outros grupos. Do mesmo modo, as relações sociais que pautam a cultura também permitem que haja uma resistência ou rejeição a essa tentativa de imposição. Stuart Hall (1997 apud GODOY; SANTOS, 2014), por sua vez, considera que toda prática social tem um dimensão cultural, pois essas práticas comunicam um significado. Desse modo, segundo ele, os sistemas de significados que atribuem sentido às nossas ações, quando vistos em conjunto, são os formadores das culturas.

Uma concepção simbólica de cultura também é adotada por White (2009, apud GODOY; SANTOS, 2014), que afirma que o uso dos símbolos é um aspecto inseparável do ser humano, uma vez que os indivíduos têm uma capacidade inerente de atribuir significado às coisas. Assim, White considera que a cultura é realizada por meio do processo de simbolização. Ao considerar que a capacidade humana de simbolizar permite o surgimento da cultura, White também destaca a função central da linguagem nessa dinâmica. O autor afirma que a simbolização depende da capacidade de construir um discurso articulado, pois os discursos permitem acumular e transmitir conhecimento, o que promove a criação de organizações sociais e, conseqüentemente, aperfeiçoa o uso de ferramentas e forma tradições e crenças. A perspectiva simbólica de White sobre cultura o fez destacar o caráter heterogêneo das culturas humanas e a necessidade de compreender suas variações a depender do contexto em que estão inseridas, como a consideração do contexto histórico.

Segundo a explicação de Godoy e Santos (2014), Clifford Geertz surge no debate sobre a concepção de cultura como um dos grandes autores da antropologia que passa a considerar o conceito de cultura essencialmente semiótico, diferentemente do simbólico defendido por White. A ideia de Geertz fundamenta-se no estudo da cultura como forma de acessar o “mundo conceptual” no qual vivem os seres humanos. Ao defender o conceito de cultura como essencialmente semiótico, Geertz prioriza a análise pautada nos discursos e nas

suas interpretações. Segundo o autor, a teoria cultural partiria do conjunto de significantes identificados em determinada comunidade para, em seguida, analisar as estruturas conceituais contidas no discurso social. Sobre essa abordagem, o teórico Thompson (2009 apud GODOY; SANTOS, 2014) ressalta que a reorientação da análise cultural para o estudo do significado e do simbolismo, dando à interpretação uma função primordial na metodologia de análise, consistiu em uma das maiores contribuições para o estudo na área.

Apesar do reconhecimento da contribuição do autor, Thompson retoma certas concepções tecidas por Geertz acerca da cultura e ressalta que este autor não deu ênfase suficiente aos problemas de poder e conflito, de modo que a abordagem semiótica teria ficado mais restrita às questões do significado. Thompson (2009 apud GODOY; SANTOS, 2014) propõe, assim, uma abordagem estrutural que visa abarcar tanto a dimensão simbólica da cultura, como também inserir os processos sócio-históricos e os contextos nos quais a simbolização ocorre. Esse enfoque teria como objetivo, portanto, trazer para a discussão as relações assimétricas de poder com base na discussão sobre o acesso e a transmissão de determinadas formas simbólicas. Desse modo, “a concepção estrutural da cultura é tanto uma alternativa como uma alteração da concepção simbólica, ou seja, um modo de alterar a concepção simbólica, considerando os contextos e processos socialmente estruturados” (GODOY; SANTOS, 2014, p. 26).

Foi a partir da década de 1960, principalmente, que vários estudos culturais surgiram e colocaram as discussões sobre cultura como objeto de estudo interdisciplinar, apresentando, desse modo, concepções convergentes e também diferentes abordagens a depender da área de estudos e do sentido adotado para o termo "cultura". Sobre a importância que os estudos culturais passaram a ocupar na segunda metade do século XX, Eagleton (2005, p. 42, apud GODOY; SANTOS, 2014, p. 29) afirma que esse destaque dado à cultura foi decorrente de quatro momentos históricos de crise, sendo eles

[...] quando se torna a única alternativa aparente a uma sociedade degradada; quando parece que, sem uma mudança social profunda, a cultura no sentido das artes e do bem viver não será mais nem mesmo possível; quando fornece os termos nos quais um grupo ou povo busca sua emancipação política; e quando uma potência imperialista é forçada a chegar a um acordo com o modo de vida daqueles que subjuga.

Sobre os dois últimos momentos históricos citados, Eagleton (2005 apud GODOY; SANTOS, 2014) destaca que eles podem ter tido uma grande contribuição para a posição de destaque assumida pela cultura nos estudos acadêmicos e, também, nas discussões de âmbito político.

Stuart Hall, por sua vez, atribui a centralidade da cultura ao fato de ela permear toda a vida contemporânea, ocupando, desse modo, posição de destaque na estrutura organizacional e institucional da sociedade. Sobre isso, Hall acrescenta que o destaque da cultura ocorreu durante o século XX em função do desenvolvimento da comunidade internacional e das trocas culturais por meio das tecnologias de informação. Segundo ele, a revolução informacional compreende, também, uma revolução cultural no âmbito global, o que atribuiria maior influência às lutas de poder no campo simbólico e discursivo (GODOY; SANTOS, 2014).

2.2. O impacto da globalização nos processos culturais

A cultura como um aspecto social que é caracterizado por sua pluralidade de manifestações também deve ter o contexto sócio-histórico considerado, pois não é possível dissociar a discussão sobre cultura do momento histórico a que se faz referência. Uma vez que as características de determinada época têm uma relação dialética com a sociedade, ambas são produtos e produtoras uma da outra, havendo uma influência mútua entre elas. No que se refere à discussão sobre cultura na contemporaneidade, portanto, torna-se essencial discutir as influências da globalização, principalmente ao considerar a intensificação e a facilitação do contato entre diferentes comunidades.

Algumas tendências do que seria a aproximação entre diferentes comunidades de todo o mundo, intensificada pela globalização, podem ser identificadas antes das revoluções tecnológicas e da informação das últimas décadas. Nairn (2000) refere-se a um período anterior à globalização, com base naquilo que chama de “internacionalismo”, uma visão de mundo que passou a coexistir com o nacionalismo após o fim do Império Napoleônico. Porém, as mudanças após a Guerra Fria impuseram formas diferentes de conceber esse conceito. No contexto das mudanças que ocorreram entre os séculos XVIII e XX, em que houve uma variação entre a ascensão do imperialismo e a ascensão do nacionalismo, o internacionalismo passou a tomar lugar como uma ética que propõe uma nova alternativa por meio do chamado “desenvolvimento civilizado”. O autor explica que, nesse contexto em que se variava de uma dominação para outra (nacionalistas e imperialistas), a ideia de internacionalismo foi aceita como uma ética pautada no desenvolvimento social promovido pela união de grupos, como o proletariado, que ocorre para além das fronteiras nacionais ou continentais.

Sob essa perspectiva acerca das diferentes visões de mundo, Nairn (2000) afirma que o cosmopolitismo, ideia de ser um cidadão do mundo, passou a assemelhar-se fortemente ao imperialismo em função da disseminação da civilização metropolitana por pessoas que se

convenceram do seu direito inato de apontar o caminho a ser seguido. Concomitantemente a isso, as grandes potências utilizaram-se da perspectiva do internacionalismo

através de um golpe de prestidigitação que parece perfeitamente natural quando se tem na mão a maioria das cartas boas. Paris, Londres, Viena, Nova York e Moscou saíram na frente com os ases e os curingas; os camponeses ficaram com o lixo. Que estes não se deixassem civilizar pelos primeiros era temerário, presunçoso, grosseiro, vulgar, desoladoramente irrefletido e também autoderrotista (NAIRN, 2000, p. 288).

Nesse ponto, ainda que indiretamente, a discussão de Nairn aproxima-se daquela proposta por Joseph Nye (1990; 2004), ao pontuar a influência da disseminação do estilo de vida de determinada região sobre outra, de modo que passa a haver certa hierarquização e um modelo é posto como sendo a referência da civilidade. Enquanto Nairn (2000) refere-se à visão de internacionalismo atrelada à propagação da ideia de civilidade das grandes potências, Nye pontua a perspectiva do exercício de um poder mais brando sobre outras nações com base na exportação de ideias que sejam internacionalmente atraentes, a perspectiva do autor será discutida no capítulo sobre *soft power*, o qual aprofundará essa discussão.

Robertson (1998) destaca que a história da humanidade é repleta de referências a uma conexão global, referências essas que datam desde o Império Romano. Contudo, o autor acredita que a grande diferença identificada nas últimas décadas, que permite a referência ao fenômeno de globalização como algo típico dessa época, é o fato de que não há apenas uma conexão entre várias partes do mundo, mas, sim, o fato de que as diferentes regiões do planeta agem em sintonia direta com problemas compartilhados mundialmente. Identifica-se, assim, um fenômeno que une as diferentes regiões do mundo em diversos âmbitos.

Atualizando a discussão histórica proposta por Nairn (2000), o processo de globalização impôs ao mundo grandes mudanças cujas repercussões foram além da simples “diminuição das fronteiras”, em função do avanço dos meios de transporte. Um aspecto fundamental da globalização foi a revolução nos meios de comunicação, fazendo com que as fronteiras não fossem mais empecilhos para o envio e o acesso a informações. Stuart Hall faz referência a esse fenômeno, ainda que não utilize diretamente o termo "globalização", ao mencionar os efeitos deste sobre as culturas, destacando a expansão da circulação e das trocas culturais, bem como o desenvolvimento do cenário mundial, como frutos dos avanços da tecnologia e, mais especificamente, da indústria de informação. O autor afirma que essas novas tecnologias permitem conexões mais próximas entre as sociedades multiculturais, o que causa impactos sobre o modo de vida das pessoas e, conseqüentemente, sobre o sentido atribuído à vida (GODOY; SANTOS, 2014).

Robertson (1998) afirma que a globalização, antes de fazer referência ao modo como o mundo se torna integrado, consiste em um fenômeno relativo à ordem mundial e que deve ser abordado de maneira interdisciplinar. Com isso, o autor visa ressaltar a necessidade de discutir a globalização de maneira mais ampla, de maneira a não se limitar a abordagens simplistas que apenas referem-se à forma como o mundo tornou-se mais integrado. Para exemplificar o enfoque amplo com que a globalização deve ser discutida, o autor cita o exemplo das relações internacionais como sendo uma das áreas de estudo que, tradicionalmente, tem o mundo como campo geral de estudo e que foi consolidada durante uma fase específica da globalização.

Sob essa perspectiva mais ampla acerca da globalização, Joseph Nye (2004), em suas discussões sobre o *soft power*, também destacou as características do poder diante desse fenômeno, dando ênfase, principalmente, ao que ele chamou de era da informação global, referindo-se ao desenvolvimento tecnológico e à revolução da informação como aspectos cruciais da globalização. Segundo o autor, a relevância da chamada revolução da informação reside no fato de que estão sendo criadas comunidades virtuais e conexões que ultrapassam as fronteiras nacionais. Considerando que a política, segundo o mesmo autor, envolve atratividade e legitimidade, como será discutido posteriormente, a habilidade de compartilhar informações torna-se uma importante fonte de atração e, conseqüentemente, de poder. Assim, ele defende a hipótese de que aqueles países que possuem múltiplos canais de comunicação são suscetíveis a serem mais atrativos e exercerem mais fortemente o *soft power*.

Considerando as mudanças proporcionadas pela globalização, as culturas também sofrem influência da dinâmica de eliminação de barreiras nacionais proporcionada por esse fenômeno. O mundo passou a assistir a novas formas culturais não mais baseadas apenas nas nações, mas também em indivíduos. Junto a isso, o aumento e a facilidade da disseminação de informação ampliam o alcance desses conteúdos, o que representa uma mudança no poder exercido pelas ideologias. Sobre esse aspecto, é possível referir-se ao destaque dado à cultura ocidental e ao padrão sociopolítico que caracteriza os Estados nacionais (FRÓIS, 2004). Como afirma Joseph Nye (2004), aqueles países que se destacam no compartilhamento de informações, tendo sua cultura e suas ideias dominantes no cenário global, estão mais próximas das normas globais prevalecentes.

Com o fim da Guerra Fria, cuja queda do muro de Berlim representou bem a tendência à eliminação de barreiras, essa dinâmica se intensificou e as discussões em torno das culturas e das identidades passaram a ocupar lugar de destaque, como foi mencionado. Sobre essa nova conjuntura mundial, Huntington (1996, apud FRÓIS, 2004, p. 6) afirma que “a cultura e

as identidades culturais – que, em nível mais amplo, são as identidades das civilizações – estão moldando os padrões de coesão, desintegração e conflito no mundo pós-Guerra Fria”.

Anthony Giddens (1997), por sua vez, aborda algumas particularidades da cultura sob a perspectiva da globalização com base em reflexões sobre a tradição na sociedade pós-tradicional, como ele se refere. Segundo o autor, a tradição está relacionada a uma memória coletiva que se constitui como um elemento de união em função do investimento emocional e do caráter moral atrelados a ela. A tradição seria, assim, o elemento que une as ordens sociais pré-modernas, e é caracterizada pela forte influência do passado na organização do futuro em função dos processos de interpretação e de transmissão inerentes à própria tradição. Desse modo, considerando a tradição como um aspecto “necessariamente ativo e interpretativo”, como preconiza Giddens, é importante pensar nos impactos de influências externas impostas a essas tradições.

Ao discutir as mudanças observadas no mundo, o autor destaca a difusão e a universalização de instituições modernas e o aumento da interdependência no cenário mundial. Sobre esse último fenômeno, ele ressalta o modo como “acontecimentos distantes” passaram a exercer uma forte influência em atividades locais, sendo o inverso também uma realidade, uma vez que ações cotidianas podem produzir consequências globais - como o exemplo dado pelo autor a respeito dos impactos ecológicos negativos que uma compra pode acarretar. Refletindo sobre o poder nesse contexto, Giddens (1997) refere-se à sociedade pós-tradicional como uma sociedade de espaço indefinido cuja autoridade é descentralizada devido às formas de interdependência, como também afirmou Joseph Nye. Relacionando essa característica do poder ao fenômeno da globalização e à cultura, Giddens (1997) afirma que “na ordem pós-tradicional, o pluralismo cultural, quer isto envolva tradições criadas ou persistentes, não pode mais assumir a forma de centros distintos de poder enraizado” (p. 128). Desse modo, devido a essa nova dinâmica imposta pela globalização, o autor refere-se à sociedade pós-tradicional como sendo marcada por mudanças, principalmente as da comunicação eletrônica, que fazem com que ninguém seja mais um “forasteiro” no mundo e que “as tradições preexistentes não podem evitar o contato, não somente com outros - mas também com muitos - modos de vida alternativos” (GIDDENS, 1997, p.119).

Além disso, o Giddens acrescenta que a importância da tradição nas sociedades é tamanha que a chamada “verdade formular”, a verdade referente ao que constata a tradição, foi utilizada pelas primeiras instituições modernas em diversas áreas, sendo o domínio simbólico da nação a mais importante. Sobre isso, segundo a tese de Eric Hobsbawm (1983, apud GIDDENS, 1997), destaca-se, ainda, a importância da legitimidade das tradições para os

sistemas de poder emergentes, de modo que algumas tradições "inventadas" utilizam-se de aspectos antigos para ter esse respaldo.

Se Giddens (1997) ressalta que a destruição da comunidade local nos países desenvolvidos estaria no seu apogeu durante a década de 1990, levando a um esvaziamento cultural como consequência do desaparecimento de pequenas tradições, Fróis (2004) reafirma essa tese ao referir-se à tendência de um mundo sem fronteiras, impulsionado pela globalização, como origem de uma perda de referências devido à fragmentação de um compartilhamento de ideais, de um elo de identificação territorial. “Se nas instâncias econômicas a globalização significa o retraimento da soberania dos estados sobre essas, nas instâncias culturais o processo encontra a necessária resistência à perda das identidades e à anulação de culturas” (FRÓIS, 2004, p. 7).

Assim, do mesmo modo que o fenômeno da globalização impactou diversos âmbitos da vida social, como o econômico, das relações internacionais e dos meios de comunicação e informação, também pode-se identificar as repercussões dessas mudanças no âmbito cultural. Nesse caso, não é possível tecer uma generalização sobre quais seriam os impactos da globalização para as mais diversas culturas do mundo, pois cada sociedade apresenta particularidades que vão determinar a amplitude do impacto desse fenômeno. Contudo, é possível afirmar que as culturas não estão isentas da influência das novas dinâmicas impostas pela globalização, seja em menor ou maior grau.

3. IDENTIDADES NACIONAIS E PSICOLOGIA SOCIAL

3.1. As concepções de identidade nacional

Os estudos sobre identidade ganharam evidência no século XX, em um contexto em que novas concepções sobre o sujeito eram elaboradas nas ciências sociais. Nessa mesma época, esses estudos ganharam ainda mais pertinência em meio ao contexto histórico pautado por discursos políticos de pertencimento, tanto nacional como de classe, e por discursos científicos que visavam à classificação da população em grupos. Assim, algumas concepções sobre identidade reduziram o fenômeno às suas características ou o concebiam de maneira determinista e estável. Além disso, muitas vezes, a reflexão em torno do que seria identidade encontra-se limitada a uma concepção autocentrada, cuja referência é a própria pessoa, ou seja, refere-se apenas a quem ela é. Contudo, o avanço dos estudos sobre identidade tem objetivado ampliar essa visão reducionista que se estabeleceu e ressaltar a diversidade e a dinamicidade do fenômeno. Assim, a discussão em torno dos conceitos de diferença, de semelhança e dos sentimentos de pertença permitiram dar visibilidade a essa concepção mais ampla e crítica (ENNES; MARCON, 2014).

Estudos mais aprofundados ressaltam que só é possível afirmar "ser algo" quando você reconhece que há outras coisas que você não é, ou seja, você reconhece e afirma a diferença que existe entre você e as outras pessoas. Discutir identidade, portanto, abarca, necessariamente, a discussão em torno da diferença, e vice e versa. Além dessa relação mútua entre identidade e diferença, Silva (2000) resalta também que é preciso lembrar que ambas não são elementos naturais, mas, sim, criações do mundo cultural e social, e, mais especificamente, criações da linguagem. Desse modo, a identidade, pautada pela concepção de ser ou não ser algo, constitui-se como um ato linguístico, justamente por implicar essa nomeação e ser instituída pela fala.

Por ser um ato linguístico, a identidade obedece a propriedades da linguagem, de modo que precisa ser compreendida dentro dos sistemas de significação que concede sentido às palavras - aqui, é importante retomar a constatação de Saussure de que os signos que constituem uma língua são elementos arbitrários que não têm um sentido inerente. Assim como a linguagem não é precisa, pois utiliza signos arbitrários para se referir a objetos ou a conceitos, a identidade também é marcada pela instabilidade, já que é uma produção simbólica e discursiva. Constituindo-se com base em produções simbólicas e discursivas, a identidade também abarca a relação social, estando inevitavelmente sujeita às relações de poder e sendo objeto de disputa entre grupos sociais. A identidade implica a separação e a

distinção, implica demarcar fronteiras ao diferenciar o "nós" do "eles". Esses termos, portanto, passam a ser mais do que uma simples escolha de palavras, mas uma indicação das relações de poder vigentes (SILVA, 2000).

Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. [...] não são, nunca, inocentes (SILVA, 2000, p. 81).

A classificação faz parte do mundo social como uma forma de ordenar e de dar significado às coisas por meio da criação de grupos, além disso, o ato de classificar, como no caso da definição do "nós" e do "eles", exige a adoção de um ponto de vista da identidade. Assim, a classificação não ocorre de maneira simétrica e imparcial, mas implica em uma hierarquização baseada nas concepções e na identidade daquele que classifica. Segundo explica Silva (2000), a detenção do privilégio de classificar é equivalente à detenção do privilégio de atribuir valores aos grupos que forem classificados.

Barth (1998 apud ENNES; MARCON, 2014) também concebe importância fundamental à identificação das semelhanças e diferenças nas relações sociais dentro do estudo sobre identidade. Segundo o autor, o ponto central das pesquisas na área deve voltar-se às fronteiras, ou seja, àquilo que os indivíduos constroem entre eles para estabelecer a diferença entre "nós" e "outros". Para o autor, é importante destacar que a fronteira é entendida como um indicativo simbólico da diferença e que elas são fluidas, estando sujeitas a ressignificações constantes.

Geralmente, as identidades são construídas de oposições binárias que atribuem valor positivo a um grupo e valor negativo ao outro. Nesse processo de atribuição de valor, uma identidade costuma ser escolhida como parâmetro, de modo que ela é normalizada e passa a deter todas as características positivas e desejáveis, sendo vista, portanto, como a única "natural". Nesse ponto, as demais identidades são hierarquizadas segundo os parâmetros da identidade dominante e esse processo ocorre de maneira bastante sutil devido, justamente, a essa naturalização. Silva (2000, p. 83) cita como exemplo o mundo pautado na hegemonia cultural dos Estados Unidos, de modo que, pelo fato de sua cultura ser a referência, "'étnica' é a música ou a comida dos outros países".

As identidades têm certa tendência à fixação, contudo, essa tendência não é alcançável em função dos próprios processos culturais e sociais que a constituem, pois eles são marcados pela dinamicidade. Dentre as várias identidades possíveis, como as de gênero e as raciais,

cada uma tem particularidades que vão direcionar suas dinâmicas e os recursos que são normalmente usados para embasá-las. Silva (2000) usa o exemplo das identidades nacionais para pontuar que elas são comumente baseadas por essencialismos culturais.

Em um texto no qual discute sobre a formação do Estado nacional europeu, Habermas (2000) reflete acerca da formação dos Estados nacionais baseando-se na etimologia dessas duas palavras. Em linhas gerais, "Estado" remonta à soberania política interna e externa de um território delimitado. "Nação", por sua vez, referia-se, originalmente, apenas a um grupo de pessoas unidas por aspectos culturais comuns, como a língua e as tradições. Contudo, ao longo do processo histórico, o termo "nação" adquiriu significados ambivalentes que referem-se, simultaneamente, ao quesito político (como área formada por cidadãos com direitos legais) e ao aspecto cultural (devido ao compartilhamento de aspectos comuns). Considerando o processo histórico de formação dos Estados modernos, pautado pela adoção da concepção de nação segundo o seu significado ambivalente, essa concepção foi adotada por promover uma integração social, não só por meio da cultura compartilhada, como antes havia, mas também atrelada a um Estado e a um território, o que será detalhado no capítulo posterior.

A partir da exposição etimológica de nação proposta por Habermas (2000), o tipo de identidade que será trabalhado e usado na discussão será o de "identidade nacional". Essa escolha fundamenta-se no fato de esse termo compreender um âmbito mais delimitado político e territorialmente. Essa delimitação que a ambivalência do termo propõe é importante, visto que a discussão deste trabalho se baseará em temas das relações internacionais, de modo que é preciso que a identidade a que esse trabalho se refere seja, também, compreendida na perspectiva de país e seja compartilhada por sua população. Sobre as particularidades existentes dentro de um mesmo país que, em geral, são compartilhadas por determinados grupos que o compõem, mas não pela totalidade de sua população, elas serão compreendidas como pertencentes às identidades culturais, as quais não serão foco deste trabalho.

Segundo Silva (2000), as identidades nacionais costumam apelar a "mitos fundadores" para constituir as chamadas "comunidades imaginadas", utilizando o termo empregado por Benedict Anderson. A importância de se construir essas comunidades reside no fato de que não há comunidades naturais que permitam a união entre as pessoas. Assim, criam-se laços imaginários que permitem a união de indivíduos isolados e o compartilhamento de sentimentos em comum. Habermas (2000) refere-se a essa mesma dinâmica ao abordar a criação do Estado moderno baseado na integração social promovida pela cultura. Ele ressalta a importância da união entre indivíduos inicialmente isolados para constituir uma nação e,

para isso, a consciência de uma identidade nacional torna-se necessária. Nesse âmbito, a definição de uma língua nacional comum, juntamente com símbolos nacionais, tais como a bandeira, o hino, e os "mitos fundadores" (mitos que remetem a acontecimentos passados grandiosos que teriam fundado a base da identidade nacional) são elementos centrais que buscam promover a união coletiva em torno do Estado (SILVA, 2000).

Adentrando na complexidade do estudo sobre identidade, Silva (2000) ressalta que há fenômenos que promovem a mobilidade entre os territórios da identidade e que isso também implica no seu caráter mutável, como é o caso da hibridização, da miscigenação, do sincretismo e do que ele se refere como travestismo. No caso da hibridização, utilizada pelo autor como um exemplo que é bastante analisado no processo de produção de identidades nacionais, a mistura entre diferentes nacionalidades geraria uma identidade diferente das originais, por mais que seus traços sejam mantidos.

A hibridização, segundo a teoria cultural contemporânea, ocorre entre identidades em situações assimétricas de poder e costuma surgir de relações conflituosas entre diferentes grupos nacionais ou étnicos, como é o caso da colonização. Esse processo afeta diretamente o poder e o chamado "terceiro espaço" (BHABHA, 1996 apud SILVA, 2000) resultante da hibridização - o qual não é unilateralmente determinado pela identidade hegemônica, uma vez que o processo introduz uma possibilidade de questionamento. Ainda, o processo de hibridização ocorre com base no contato entre identidades nacionais, o que pode ocorrer tanto de forma física, como nas diásporas e nos movimentos migratórios, como também de modo metafórico, por meio do "movimento entre territórios simbólicos", o que se refere à superação de limites entre diferentes identidades, que são demarcados de maneira abstrata (SILVA, 2000).

Outro aspecto referente à identidade que pode ser discutido é a questão da performatividade. Assim como a linguagem pode ter valor constativo ou descritivo, há também o performativo, ou seja, que permite que algo aconteça, que promove alguma ação. A aplicação desse aspecto para a identidade, de acordo com Judith Butler (1999 apud SILVA, 2000), refere-se à capacidade que discursos descritivos têm de tornarem-se performativos ao contribuírem para a definição ou para o reforço daquela identidade que está sendo descrita, o que se torna mais efetivo com a repetição. Butler afirma, ainda, que essa repetitividade que confere eficácia aos atos performativos também pode ser utilizada para interromper identidades hegemônicas por meio da contestação e do questionamento. Em outros termos, o ato de descrever determinado aspecto da identidade pode acarretar uma performatividade, ou seja, promover determinada ação, uma vez que a reafirmação de uma característica pode

reforçá-la. Isso pode ocorrer tanto de maneira pejorativa, com base na repetição de preconceitos atribuídos àquela identidade, como também de forma subversiva, promovendo um questionamento acerca da identidade hegemônica (SILVA, 2000).

Stuart Hall (2000) utiliza o termo identificação, ao invés de identidade, para enfatizar o processo de subjetivação desse fenômeno em detrimento das práticas discursivas enfatizadas pelo outro termo. Assim como Silva (2000), ele também destaca a importância de abarcar a reflexão sobre diferenças nessas discussões, visto que esse conceito permite a definição da identificação e ambas envolvem uma dinâmica discursiva e a demarcação de fronteiras simbólicas. Além disso, Hall também pontua que a identificação está em constante construção, de modo que ela não é completamente determinada, mas requer condições mínimas de existência - o que inclui os recursos materiais e simbólicos que a sustentam.

Por estar em constante construção, a identidade está, portanto, sujeita a uma "historicização radical", de forma que é caracterizada pelo contínuo processo de mudança e transformação. Assim, Hall (2000) destaca que as discussões sobre identidade devem seguir os processos que atingem muitas populações, destacando o processo de globalização e as migrações forçadas ou livres que marcam o mundo pós-colonial.

Hall (2000) também afirma que as identidades costumam invocar uma origem que remonta a um passado histórico que mantém correspondência com a atualidade, mas que isso, na verdade, refere-se à "utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos" (p. 109). Discutindo sobre isso e sobre o caráter não natural da identidade, ou seja, a identidade como uma produção humana, ele afirma que a identidade está relacionada tanto a uma invenção da tradição, como à própria tradição, de modo que tem uma natureza ficcional por fazer parte do imaginário por meio do simbólico, já que surge na narrativização do eu. Contudo, ele pontua que, apesar de ficcional, a eficácia discursiva, material ou política desse fenômeno não é comprometida.

Assim como Silva (2000) destaca a influência das relações de poderes sobre a identidade, Hall (2000) enfatiza a relevância de discutir-se sobre as relações de poder com base nas construções discursivas e dedica parte da sua reflexão à explanação da função simbólica e discursiva na constituição do sujeito, fazendo menções a aspectos psicológicos e sociais desse processo. Sobre essa importância, o autor afirma que

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do

jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma "identidade" em seu significado tradicional - isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna (HALL, 2000, p. 109).

Considerando a complexidade do estudo sobre identidade e a possibilidade de assumir-se uma perspectiva limitante e estática acerca desse fenômeno, Ennes e Marcon (2014) sugerem que as análises sobre os processos identitários considerem quatro referências conceituais: os atores sociais e os aspectos que produzem a ideia de pertencimento e alteridade; a disputa existente ao falar de identidade e de diferença; as normas e princípios sociais que fundamentam essas dinâmicas; e os contextos sócio-históricos nos quais esses processos identitários estão inseridos. A consideração desses aspectos seria uma forma de abarcar as particularidades da identidade, captando o seu caráter social com ênfase nas diferenças entre grupos e, conseqüentemente, abarcando também as assimetrias de poder que pautam as discussões sobre identidade.

Diante da multiplicidade de aspectos que devem ser considerados na discussão acerca dos processos identitários, a psicologia oferece importantes contribuições para esses estudos, principalmente por meio da psicologia social baseada na abordagem crítica proposta por Martín-Baró. Nesse sentido, alguns aspectos presentes nos processos identitários, como a dinâmica entre semelhança e diferença, a importância e a função da identidade para um grupo social e a influência das relações de dominação, discutidos, são abordados pela perspectiva da psicologia social, destacando-se a importância da identidade para a compreensão do mundo e de si mesmo, impactos da dominação nos âmbitos psicológicos e sociais, sentimentos de pertencimento e a influência desse fenômeno nas memórias históricas e sociais de um povo.

3.2. Contribuições da Psicologia Social para a discussão de identidade nacional

Martín-Baró é um dos grandes nomes da psicologia social latino-americana, tendo dedicado seus estudos a entender a função da psicologia diante do contexto social em que se está inserido e como o profissional deve considerar aspectos contextuais da realidade para contribuir no processo de conscientização do indivíduo. Ao fazer referência a Martín-Baró como estudioso da psicologia social latino-americana, convém ressaltar a importância dessa delimitação sociocultural, por entender que a psicologia social deve considerar as particularidades de uma sociedade, evitando generalizações equivocadas. Desse modo, como o próprio Martín-Baró (1996) afirma, o contexto centro-americano, especificamente, mas cujas discussões são reconhecidamente adequadas à toda América Latina, é marcado pela injustiça estrutural, por guerras ou quase-guerras revolucionárias e pela perda da soberania

nacional. Essas características identificadas pelo autor levam a uma reflexão sobre a "identidade alienada, pessoal e social" que, quando trabalhadas, podem "transformar as condições opressivas do seu contexto" (MARTÍN-BARÓ, 1996, p.7).

Em seu artigo acerca do papel do psicólogo, Martín-Baró (1996) ressalta que, para perguntar-se sobre a prática profissional e adequá-la às necessidades da sociedade, é preciso compreender a situação histórica do seu povo, sem presumir um conhecimento pelo simples fato de pertencer a esse grupo. Dentre as três características indicadas por ele que marcam a América Latina, as reflexões sobre a chamada "perda de soberania nacional", também referida por ele como a "acelerada conversão das nações em satélites dos Estados Unidos", contribuem para as discussões de identidade nacional na psicologia social e já introduzem a discussão sobre a influência das relações de poder nesse âmbito.

Sob o contexto da América Central na década de 1990, Martín-Baró (1996) apresenta a forte influência dos Estados Unidos na região e suas consequências para a população daqueles países em função da perda da sua soberania nacional. Na época, Baró afirmou que estávamos, como latino-americanos, "hipotecando nossa própria identidade e autonomia sem com isso resolver nossos problemas, até mesmo eliminando a possibilidade de um futuro para os nossos povos" (p. 11). A importância da psicologia diante dessa realidade está, segundo o autor, na possibilidade de promover uma conscientização que busque uma desalienação baseada na consciência crítica, o que permitiria o abandono da reprodução mecânica das relações de dominação-submissão e, por conseguinte, a reflexão da identidade como aspecto não apenas pessoal, mas social e nacional. Para isso, o autor ainda destaca a importância de a psicologia assumir uma responsabilidade histórica. "A conscientização leva as pessoas a recuperar a memória histórica, a assumir o mais autêntico do seu passado, a depurar o mais genuíno do seu presente, a projetar tudo isso em projeto pessoal e nacional" (MARTÍN-BARÓ, 1996, p. 18).

Dias (2020) também ressalta a preocupação de Martín-Baró com o sofrimento psíquico causado pelas situações de opressão do povo latino-americano, denunciando, desse modo, o colonialismo na região e configurando-se como um importante teórico decolonial. Diante dessa realidade, e com a sua experiência diante da situação de El Salvador depois da interferência dos Estados Unidos, Martín-Baró propõe trabalhar com algumas questões como alienação, consciência e, em particular, a identidade para que seja possível desenvolver uma visão que supere a influência colonial na América Latina. Preocupado com uma psicologia política que supere suas raízes a-históricas, Martín-Baró (1988 apud DIAS, 2020) ressalta a importância de um pensamento crítico frente à interferência dos Estados Unidos na região,

contexto no qual ele estava vivenciando à época. Além disso, o autor afirma que a psicologia, por muito tempo vinculada às influências norte-americanas e eurocêntricas, deveria agir para ajudar na solução dos problemas do povo, não apenas explicá-los.

As ideias de Martín-Baró contribuíram para o desenvolvimento da chamada Psicologia da Libertação, cujo objetivo principal é o de questionar o pensamento colonial e propor meios que permitam libertar e transformar a situação de opressão da população. Diante disso, o autor propõe uma psicologia crítica que confronte as estruturas sociais que promovem e mantêm situações de opressão. Um exemplo de abordagem crítica que a psicologia deve assumir é diante do controle social exercido pela mídia e por ideologias alienadoras, segundo Martín-Baró, uma vez que esses aspectos impactam diretamente na identidade e na consciência de um povo sobre a sua realidade. Essa situação pode ser percebida no contexto da América Latina, que “sobre a influência e determinação da colonização e os seus efeitos para a constituição do sujeito, [Martín-Baró] descreve o latino-americano como um povo com uma subjetividade frequentemente subalternizada” (DIAS, 2020, p. 15).

Nesse sentido, a produção da identidade também é objeto de estudo de Cunha (2008), que ressalta a interdisciplinaridade dessa categoria e o alcance da psicologia e das relações internacionais nas discussões. Segundo o autor, é necessário compreender a "imbricação histórica" entre indivíduos e Estados-nação para trabalhar identidades nacionais, além da articulação entre a produção dessas identidades e a soberania do Estado, pautada pela hierarquização social, e também a alteridade caracterizada pela exclusão, cujo exemplo histórico pode ser encontrado na relação colonial.

Cunha (2008) articula a relação entre indivíduo e nação com base no modelo de organização social atual, em que a concepção de indivíduo e de uma identidade individual, segundo afirma Louis Dumont (2000 apud CUNHA, 2008), representa o posicionamento da pessoa no mundo, uma vez que é atravessado por signos de uma ideologia e pelo processo histórico. Para entender a vinculação entre indivíduo e nação, é preciso considerar o processo no qual o Estado moderno foi estruturando-se e trouxe o indivíduo para o centro da política. A partir desse momento, o indivíduo torna-se um elemento político importante para a ideia de soberania, acarretando processos de controle e de criação identitária para promover uma integração que promova a continuidade da nação. Desse modo, Cunha (2008) traz as discussões de Balibar para destacar o processo de construção da identidade subjetiva do indivíduo pautada no processo fictício de construção das noções de nação, povo e raça. Balibar também destaca a função do capitalismo em todo esse processo, por meio da chamada mercantilização da identidade, que explica como a nação, associada ao capitalismo, gera uma

concepção de hierarquia entre Estados centrais para o mercado e Estados periféricos. Nesse ponto, percebe-se a relação entre o Estado e a exclusão, fato que também é decorrente da criação de fronteiras geográficas e imaginárias, como as fronteiras raciais para a determinação de uma nação.

Com base na concepção da escola francesa acerca da identidade, em que a identidade é considerada um fenômeno articulado ao âmbito social, Andrade (1995) reflete sobre a existência de vários aspectos específicos que formam uma identidade e elabora uma discussão sobre a identidade como sendo uma representação social que o sujeito tem de si mesmo e, além disso, como sendo constituída por representações sociais. A autora pauta sua reflexão retomando a observação feita por Chebel de que a identidade é composta de várias facetas, e, também, por vários outros autores que se referem a isso como um "cumulativo" da identidade. Considerando o âmbito social que compõe os processos identitários, vários autores da escola francesa destacam a função do poder simbólico para a interpretação do mundo social, como afirma Bourdieu. Nessa perspectiva, esses autores destacam o papel central das representações sociais dentro dos processos identitários.

Essa concepção sobre identidade pautada na representação social é explicada sistematicamente por Andrade (1995, p. 71) em dois momentos: "enquanto processo representativo, o processo identitário é a manifestação simbólica do homem como uma totalidade indissociável da própria totalidade social, pois o processo identitário é ao mesmo tempo individual e social [...]" e também "enquanto representação social, o processo identitário é um processo cognitivo que faz parte de um processo discursivo mais amplo, de interpretação da sociedade, do mundo, que se desenvolve ao nível da disputa pelo poder simbólico".

Vasconcellos e Caetano (2014) também reafirmam a natureza simbólica presente nas identidades e nas representações sociais para explicar a relação entre ambas. Retomando a explicação dada por Seidmann, baseada nos trabalhos de Moscovici e de outros autores, as representações sociais permitem a manutenção da identidade por meio da influência dos grupos aos quais a pessoa pertence, de modo que eles oferecem possibilidades simbólicas na construção identitária. Dessa forma, o estudo das representações sociais pode contribuir bastante para a compreensão de processos identitários, visto que a identidade de um indivíduo será construída com base nas interpretações que ele tem sobre o mundo que o cerca e o grupo do qual faz parte.

Considerando a contribuição das representações sociais na discussão sobre identidade, convém mencionar alguns aspectos principais dessa teoria. A Teoria das Representações

Sociais foi criada pelo psicólogo Serge Moscovici e tem como objetivo principal compreender e explicar o modo como as pessoas percebem o mundo e se relacionam com ele, o que permite a construção de representações que influenciam no modo do indivíduo agir. Ao criar o conceito de "representação social", o objetivo de Moscovici foi oferecer uma abordagem psicossocial capaz de abarcar a relação dialética do indivíduo com a sociedade. Desse modo, a representação social pode ser considerada como a compreensão que o sujeito tem sobre algo por meio do senso comum, ou seja, sem utilizar conceitos científicos, mas recorrendo às suas vivências em sociedade (CHAMON; LACERDA; MARCONDES, 2017).

Moscovici (1978 apud CHAMON; LACERDA; MARCONDES, 2017) destaca o fato de que as representações sociais fazem parte dos comportamentos adotados por determinado grupo, consistindo em um conhecimento particular ao grupo que é construído e transmitido por meio da comunicação entre aquele grupo social. Em função dessa posição ocupada pelas representações sociais dentro de um grupo, Guareschi (2010 apud CHAMON; LACERDA; MARCONDES, 2017) apresenta o fato de que elas se constituem como uma realidade para o grupo. Desse modo, ainda que as representações não sejam equivalentes ao mundo real, elas se constituem como uma construção simbólica do mundo para determinado grupo, representando, desse modo, a sua realidade. O autor também se refere às representações sociais como sendo algo dinâmico e relacional, de modo que pode envolver questões culturais, ideológicas, históricas, entre outras.

As considerações em torno das representações sociais são consideradas um importante objeto de estudo por abarcarem as experiências individuais e sociais do indivíduo, juntamente com a subjetividade compartilhada em determinado grupo. Desse modo, o estudo das representações sociais de determinado grupo permite compreender as diferentes concepções que aquele grupo tem sobre um objeto e sobre a realidade, pois "[...] quando se estuda o senso comum, o conhecimento popular, nós estamos estudando algo que liga a sociedade, ou os indivíduos, a sua cultura, a sua linguagem, ao seu mundo familiar" (MOSCOVICI, 2010, p. 322 apud CHAMON; LACERDA; MARCONDES, 2017, p. 453).

Assim, na perspectiva da psicologia social, além da importância de se compreender o modo como os grupos representam a realidade e seus elementos constituintes, Martín-Baró destaca a importância de compreender a identidade de um grupo, como já foi mencionado, como também a noção de pertença entre os membros do grupo (ARANTES, 2020). Nesse sentido, Ecléa Bosi destaca a relação dialética entre o sentimento de pertença e a memória social de um grupo e a importância dessa relação para o processo identitário, ao afirmar que

"do vínculo com o passado se extrai a força para a formação da identidade" (BOSI, 2004, p. 16 apud ARANTES, 2020, p. 196).

O sentimento de pertença e a memória são aspectos que se inter-relacionam e são construídos pessoal e socialmente. A memória advém de uma articulação individual daquilo que é transmitido socialmente. Nesse contexto, o sentimento de pertença de um indivíduo influencia na construção da memória por envolver sentimentos e afetos (ARANTES, 2020). Schmidt e Mahfoud (1993 apud ARANTES, 2020) ressaltam, ainda, que a memória é um processo dinâmico de constante reconstrução e atualização, de modo que o passado é permanentemente reconstruído e ressignificado. Sobre essa perspectiva mais fluida da memória, convém ressaltar que, inicialmente, usava-se o termo "memória coletiva", elaborado por Halbwachs, para referir-se a esse fenômeno. Com o passar do tempo, entretanto, o termo "memória social" foi amplamente adotado para abarcar a complexidade social do fenômeno sem limitá-lo geográfica ou temporalmente, ou seja, sem impor possíveis limites referentes a determinado grupo (ARANTES, 2020).

Michael Pollak (1989 apud ARANTES, 2020) acrescenta às discussões sobre memória social a existência de conflitos entre as chamadas "memórias concorrentes", referindo-se à disputa entre memórias oficiais e memórias dominadas que são impedidas de serem expressas. Essa conceituação da disputa entre memórias permite compreender a influência da ampliação dos meios de comunicação na elaboração coletiva. Sá (2005 apud ARANTES, 2020) destaca que o maior alcance dos meios de comunicação de massa exerce tamanha influência que suas elaborações dão pouco espaço para a elaboração coletiva. Desse modo, surgem disputas políticas em torno das narrativas e das suas influências. Nesse sentido, é comum identificar o uso de estratégias discursivas para revisitar acontecimentos históricos e propor novas interpretações, como é o caso apresentado por Arantes (2020) acerca da disseminação de discursos que desqualificam as vítimas da Ditadura Militar brasileira.

A estratégia discursiva em torno de uma reinterpretação histórica e, conseqüentemente, de uma adequação da memória social pode ser vista como uma disputa de poder. Martín-Baró afirma que discussões acerca do poder também devem ser consideradas em estudos sobre grupos, visto que o poder que dispõe um grupo e o modo como isso pauta sua relação com outros grupos é importante para compreendê-lo. Além disso, a discussão sobre relações de poder para compreensão de dinâmicas grupais também se faz necessária pelo fato de ela pautar processos de dominação, resistência, subordinação, rivalidade, cooperação, entre outros, como explica Arantes (2020). Desse modo, faz-se igualmente necessária essa discussão em estudos sobre identidades nacionais.

4. RELAÇÕES DE PODER E CULTURA

4.1. Relações de poder por meio de símbolos e discursos

Como visto no capítulo anterior, a identidade é uma construção sociocultural e, por esse motivo, não é uma instância natural preexistente. Construída como um ato linguístico, a identidade pressupõe uma dinâmica de constante construção e reelaboração, e, devido ao seu caráter sociocultural, as dinâmicas das relações de poder também a atravessam. Como bem afirmou Silva (2000, p. 97), “a identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder”. Paralelamente a isso, Hall (2000) também destacou o caráter discursivo e simbólico contido nos processos identitários. Assim, considerando-se esses pressupostos apresentados pelos autores, e também pela teoria cultural contemporânea, a discussão em torno das relações de poder baseadas em discursos e símbolos é essencial para compreender amplamente como elas impactam as identidades.

Em sua análise acerca do exercício das relações de poder por meio de discursos, Giordani (2011) explica que esse fenômeno decorre da natureza social da linguagem. Referindo-se aos estudos de Pierre Bourdieu (1996 apud GIORDANI, 2011), o autor ressalta que a linguagem pode ser compreendida para além da sua função de comunicação, de modo que é possível considerar a sua eficácia na construção da realidade, uma vez que ela é um sistema simbólico que permite ao ser humano apreender o mundo em que vive. Desse modo, ao carregar determinadas percepções sociais sobre a realidade, a linguagem também comunica a posição que o locutor ocupa, expondo, assim, disputas ideológicas. Ainda segundo Bourdieu, o poder exercido por meio da linguagem não está necessariamente contido nas palavras em si mesmas, mas, sim, na legitimidade conferida a quem fala por aqueles que escutam. Referindo-se a esse fenômeno como poder simbólico, o autor afirma que a capacidade da linguagem, e, portanto, do discurso, de construir a realidade tende a influenciar as visões de mundo. Segundo ele

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção [sic] sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que obtido pela força (física ou económica [sic]), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce de for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 1989, p. 14 apud GIORDANI, 2011, p. 3).

Ao se referir ao poder simbólico como quase equivalente ao poder exercido pela força, Bourdieu antecipa uma reflexão no estudo sobre a linguagem que será transportada para o campo das relações internacionais e da política internacional, ganhando notoriedade entre o

final do século XX e início do século XXI. Como será trabalhado com maior aprofundamento no capítulo seguinte, a explicação dada por Bourdieu ao poder simbólico encontra grandes semelhanças na conceituação do chamado *soft power*, conceito criado por Joseph Nye (1990) com base nas relações internacionais. Esse autor também se refere ao *soft power* como o exercício de um poder sutil, caracterizado pela capacidade de mobilizar determinado país em função de seus próprios interesses, sem apelar para o poder clássico do uso da força militar, por exemplo. Além disso, o poder simbólico também é citado por Zamorano (2016) ao retomar a ideia do *soft power* e destacar a importância de considerar o conceito de Bourdieu sobre a violência simbólica nesse contexto, sendo esta a violência promovida pelo ato de impor significados e legitimá-los dentro de uma relação de poder.

Giordani (2011) trabalha dois aspectos fundamentais que permitem compreender melhor o poder simbólico da linguagem, uma vez que ambos promovem uma aceitação da dominação. São eles a legitimação e a ideologia. A legitimação do poder não se resume à simples naturalização e imperceptibilidade de algo, ela também pode ocorrer com base em endossos conscientes de situações de dominação. Nessa prática de legitimação, materializa-se a ideologia, o que permite estabelecer as relações de dominação que marcam o poder simbólico. A ideologia, portanto, caracteriza-se pela aquisição do discurso do outro e, conseqüentemente, da sua visão de mundo.

Desse modo, é possível compreender o poder simbólico como um poder resultante da legitimação que ocorre na linguagem, sendo esta um ato ideológico que permite o estabelecimento de relações de dominação. Tal dominação é marcada pela institucionalização e aceitabilidade de valores, de modo que esses são hierarquizados e ganham notoriedade por meio da autoridade adquirida pela legitimação. Esse processo de legitimação não apenas vai repercutir nos valores que marcam uma sociedade, mas também nas práticas sociais dos indivíduos (GIORDANI, 2011). Berger e Luckmann (1985 apud GIORDANI, 2011) acrescentam que a legitimação, para além dos valores, também advém do conhecimento, ou seja, da explicação acerca da natureza das coisas. Desse modo, segundo eles, a legitimação termina por explicar e justificar a ordem que está em vigência, sustentando, assim, o exercício do poder por meio das relações de dominação.

Um exemplo dessa discussão é trabalhado no artigo de Giordani (2011), destacando-se o papel de dominação e de poder exercido pela mídia na sociedade moderna. Segundo o autor, a posição da mídia como uma instituição e também como uma instância que representa os valores da sociedade confere a ela certa legitimidade e poder nos seus discursos. O autor destaca, ainda, o elemento carismático que aproxima o público da mídia. Soma-se a isso o

papel da mídia enquanto uma instância de mediação e construção da realidade. Desse modo, considerando todos esses aspectos, a mídia, a partir da modernidade, passa a atuar na manutenção e na transformação de valores e ideologias contidos na sociedade, uma vez que essa instância é "responsável pela produção, armazenamento e circulação de materiais de caráter simbólico da vida social" (GIORDANI, 2011, p. 11).

Considerando o fortalecimento do desenvolvimento técnico de novos suportes discursivos na contemporaneidade como um dos aspectos que permitiu o fortalecimento da mídia, como discute Giordani (2011), é possível fazer uma breve reflexão acerca da popularização das *fake news* sob a perspectiva das relações de poder por meio dos discursos. As chamadas *fake news*, termo popularizado que traduzido literalmente significa “notícias falsas”, se referem, atualmente, às notícias fabricadas que circulam nas mídias sociais com o objetivo de desacreditar determinadas notícias ou informações. Segundo Quandt *et al.* (2019), essa definição ainda é alvo de discussões e não considerada unânime, uma vez que o conceito original da palavra se referia simplesmente a notícias equivocadas, com conteúdos falsos. Contudo, a popularização, e até a politização do termo, fizeram com que ele passasse a ser usado para se referir a um nicho mais específico de notícias falsas fabricadas intencionalmente.

Independentemente do conceito utilizado para se referir às *fake news*, a discussão em torno das relações de poder contidas na divulgação de informações falsas ganhou notoriedade nos últimos anos. Fazendo um paralelo com o que expôs Giordani (2011) sobre a influência da mídia, as redes sociais também passaram a exercer influência e a produzir e divulgar materiais que têm grande apelo ao leitor. Essa capacidade de alcançar grandes públicos e a legitimidade conferida às fontes de propagação dessas informações fez com que as *fake news* passassem a ser discutidas sob uma perspectiva ideológica. Desse modo, passou-se a discutir com grande seriedade as repercussões que a propagação de notícias falsas traria para a sociedade, visto que a aceitação dessas notícias como verdades estaria influenciando o modo como as pessoas compreendem certos aspectos da realidade e como a história é construída.

Exemplos recentes desse fenômeno podem ser citados, como a polêmica envolvendo a empresa *Cambridge Analytica* - envolveu-se em um escândalo acerca da propagação de notícias direcionadas às preferências individuais dos usuários do *facebook* para influenciar a eleição presidencial dos Estados Unidos de 2016, a empresa também foi acusada de disseminar notícias falsas que favoreceriam um candidato específico; a campanha eleitoral do Brasil de 2018 - que até hoje tem a chapa eleita envolvida em polêmicas em torno do uso da propagação massiva de *fake news* contra a oposição; e também a circulação de notícias falsas

acerca do controle da pandemia de COVID-19; do tratamento contra a COVID-19 e da eficácia das vacinas - cujas repercussões no Brasil foram bastante discutidas durante a CPI instaurada no ano de 2021 para averiguar as irregularidades cometidas pelo Governo Federal no controle da pandemia.

Os estudos sobre relações de poder também tiveram grande contribuição de Michel Foucault, que é considerado um autor de grande relevância na temática. Em seus estudos, Foucault refere-se a um poder institucionalizado que marca as relações sociais e que se faz presente nos discursos. Em um artigo que busca sistematizar a analítica do poder segundo Foucault, Maia (1995) inicia sua discussão apresentando um ponto central da concepção de poder para o referido autor, um aspecto que não havia recebido enfoque nos trabalhos dessa temática até o momento: os aspectos positivos do poder. Foucault assume uma nova perspectiva em sua análise em que o enfoque se dá mais nas estratégias do poder que têm efeitos produtivos do que no poder como proibição: “o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como a força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 1979a, p. 8 apud MAIA, 1995, p. 86).

Brígido (2013) explica que a análise de Foucault está pautada no estudo da relação entre saber e poder, o que pode ser observado nos dois processos utilizados pelo autor para desenvolver seus escritos, sendo eles a arqueologia do saber e a genealogia do poder. Quanto à arqueologia do saber, o autor busca os aspectos fundamentais que configuram os saberes formadores de uma determinada época, sendo esses aspectos normalmente pautados em discursos. A genealogia do poder veio para complementar sua abordagem acerca do saber, passando a abarcar o poder como um aspecto que produz saberes. Sob esses dois procedimentos, a abordagem de Foucault considera a articulação entre saber e poder e o modo como essa dinâmica influencia a sociedade e os indivíduos.

Dois aspectos fundamentais do pensamento de Foucault é que o poder não é algo detido, mas, sim, exercido, de forma que as relações de poder presumem um enfrentamento perpétuo. Soma-se a isso o fato de as relações de poder permearem toda a sociedade, de modo que ninguém escape dos mecanismos de poder. Com base nessa perspectiva, o autor assume a postura de que as relações de poder não estão diretamente relacionadas ao Estado, mas são preexistentes a ele. Foucault considera, portanto, a existência de relações de poder que não incluem o Estado, mas não desconsidera a participação do Estado nessa dinâmica, ou seja, essas relações estão para além dos limites do Estado. Desse modo, com essas perspectivas sobre as relações de poder, o autor baseia suas concepções sobre o poder como uma rede, e

não como um ponto centralizador do qual emana todas relações de poder (BRÍGIDO, 2013; GIORDANI, 2011; MAIA, 1995).

Parte da teoria de poder de Foucault advém da consideração de três pontos principais que estão interligados: poder - direito - verdade. Atendo-se especificamente ao poder como verdade, Foucault ressalta os discursos na sociedade com produtores de verdades que coagem os indivíduos devido a sua aceitabilidade - concepção semelhante ao que foi discutido por Bourdieu. Nessa perspectiva, Foucault refere-se aos "discursos de verdade" como relações pautadas no poder que, por esse motivo, aprisionam os sujeitos e neles podem ser identificados laços entre palavras e coisas que explicitam regras da prática discursiva (FERREIRINHA; RAITZ, 2010).

O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder. A verdade é deste mundo; ela é produzida nele, graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instancias [sic] que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2004, p. 12 apud BRÍGIDO, 2013, p. 69).

Para Foucault, a verdade está pautada no discurso científico e nas suas instituições, sendo, portanto, elaborada e reproduzida pelo sistema de poder de modo a sustentá-lo. Um exemplo dessa dinâmica é a prática médica no final do século XVIII, que foi sustentada pelo saber científico. O conhecimento produzido na época foi utilizado como forma de impor a disciplina. Essa concepção de disciplina repercutiu tanto nos ambientes hospitalares, com base em mudanças estruturais, como também nas práticas médicas (BRÍGIDO, 2013).

Acerca da discussão entre verdade e poder, Wallerstein (1998) apresenta uma reflexão semelhante, aplicando-a à cultura. Segundo o autor, a sociedade, por ser marcada pelo sistema capitalista, sofre a influência deste por meio da criação e da difusão de uma retórica ideológica pautada, entre outros aspectos, na ideia de universalismo. Em linhas gerais, a ideia de universalismo permite que algumas características que marcam esse sistema econômico sejam compreendidas como naturais e como ideais a serem buscados, algo que assemelha-se à aceitabilidade de Foucault. Wallerstein ressalta, ainda, que a retórica do universalismo não se limitaria apenas ao âmbito econômico, mas permeia também as relações sociais e as culturas que estão inseridas nesse meio.

4.2. Poder, cultura e integração social

Wallerstein (1998) propõe uma discussão sobre a consideração da cultura como um ambiente propício para a batalha ideológica existente no sistema mundial. Segundo o autor, o sistema capitalista é composto de várias contradições inerentes à sua conceituação e, desse modo, alguns aspectos culturais não estariam isentos de ideologias que visam sustentar essas contradições. Para explicar a influência do capitalismo na cultura e, conseqüentemente, como esta reproduz a ideologia desse sistema econômico, ele ressalta que a cultura pode ser entendida por meio de dois conceitos - e em ambos é possível identificar essa influência. De maneira geral, um conceito de cultura, segundo ele, é o conjunto de características compartilhadas por um grupo e que o diferencia de outro; outro conceito possível se refere ao conjunto de fenômenos que se diferencia de outros dentro de um mesmo grupo e, normalmente, está associado a um tipo de julgamento de valor (como no caso de "artes superiores" em detrimento da prática popular). Uma vez diferenciadas essas duas concepções possíveis, o autor analisa algumas características fundamentais do capitalismo e aponta como a retórica ideológica foi utilizada para justificar e impulsionar esse sistema.

Duas características do capitalismo que são citadas por Wallerstein (1998) são a premissa da expansão ilimitada baseada no contínuo acúmulo de capital e o fato de ser um sistema polarizador. A ideia de expansão ilimitada mostra-se inviável, pois o capitalismo constitui-se como um sistema histórico que apresenta avanços e paralisações. O processo polarizador, por sua vez, também destaca a ideia de acúmulo de riquezas para uma parcela pequena da população, de modo que junto ao progresso também viria uma deterioração. Considerando esses aspectos, e outros que foram citados em sua discussão, o autor afirma que a cultura, portanto, seria resultado de tentativas de justificar as contradições e as ambigüidades que pautam esse sistema econômico. Além disso, para ele, há duas principais doutrinas ideológicas que sustentam o capitalismo mundial: o universalismo e o racismo e sexismo.

Wallerstein (1998) ressalta que ambas as ideologias surgem conjuntamente e constituem um par simbólico. O universalismo é identificado em vários momentos para justificar práticas típicas do capitalismo, ou que foram frutos dele, como naturais e universais. Ao referir-se ao racismo e ao sexismo, o autor faz menção à ideia de discriminação e destaca a justificativa dada para desvalorizar os negros e as mulheres nesse sistema. Assim, para sustentar a sua discussão, o autor lista seis contradições do capitalismo e demonstra como essas ideologias são capazes de justificá-las.

Uma primeira contradição apresentada por Wallerstein (1998) é a utilização do universalismo na defesa da ideia de estados soberanos, da existência de um direito internacional aplicado à toda humanidade e de princípios gerais de cidadania. O que se observa, contudo, é uma hierarquia de estados, e de cidadãos de um mesmo estado, que é ocultado pela ideia de universalismo. Junto a isso, há também concepções racistas e sexistas, muitas vezes embasadas por pseudociências, que também afirmam apresentar a verdade. Há, também, uma contradição presente na ideia de a cultura ocidental ser tida como uma cultura universal. Isso se dá em função da expansão do capitalismo associado à ideia de modernização, de modo que essa modernização passa a ser interpretada como a "ocidentalização". Mesmo sendo possível identificar esse fenômeno até os dias de hoje, isso também pôde ser visto no período imperialista em que objetivou-se levar a "civilização" para as demais regiões do mundo. Nessa ideologia, pode ser identificada uma discriminação às outras culturas em função da ideia universalista do que seria modernidade. Outra contradição que foi apontada pelo autor é a do universalismo da ética do trabalho. Essa prática, que serve aos interesses capitalistas de submissão a trabalhos intensos e a salários baixos, é um aspecto preconizado na modernidade e é visto como um mérito universal. Essa ética associada ao trabalho também acarreta uma ideia de meritocracia. "Assim, a ética universal justifica todas as desigualdades existentes, uma vez que a explicação de sua origem reside na adoção historicamente desigual da parte de grupos diferentes desta motivação." (WALLERSTEIN, 1998, p. 58).

Além disso, a ideia de modernidade associada à mudança e ao progresso, em detrimento da continuidade e da tradição, que são características que legitimam sistemas políticos, também pode ser identificada como uma contradição. Nesse caso, a cultura é vista com grande potencial de justificar a coexistência de ambas as ideias e proporcionar uma estabilidade no sistema. Wallerstein (1998) afirma que a cultura pode ser usada de maneira a definir limites de legitimidade baseados na criação de uma coletividade fictícia, de uma nação hipotética, como ele se refere, cujas origens remontam a um período antigo e positivo. Nessa perspectiva, a exaltação de uma alma coletiva não apenas seria capaz de proporcionar coesão, mas também pode relacionar-se com o racismo e o sexismo.

Poucos governos na história da economia capitalista mundial não conseguiram descobrir o poder do patriotismo para atingir a coesão. E o patriotismo com muita frequência foi fortalecido ou transformado em racismo (chauvinismo jingoísta, oposição do cidadão em relação ao estrangeiro ou ao imigrante) e sexismo (a suposta natureza marcial dos indivíduos do sexo masculino) (WALLERSTEIN, 1998, p. 59).

Convém mencionar, ainda, a existência de uma utilização ambivalente dessas ideologias, uma vez que a oposição do sistema em vigência, o chamado movimento anti-sistêmico, também é influenciado pela retórica ideológica. O autor afirma que, por surgir dentro da cultura a que se opõe, os movimentos anti-sistêmicos também acabam integrando as ideologias do sistema capitalista mundial na tentativa de se opor a eles. Isso pode ser identificado nos esforços de questionar o universalismo vigente e, muitas vezes, impor novas perspectivas que também contêm essa natureza ideológica (WALLERSTEIN, 1998).

Como mencionado, a reflexão sobre as características do sistema capitalista também perpassa as ideias de exercício do poder e ideologia, de modo que toda essa dinâmica implica em mudanças culturais. Além disso, também pôde ser identificada a utilização da cultura como instrumento ideológico para determinado fim, de modo que ela pode sofrer influências da retórica ideológica mas, simultaneamente, pode contribuir para sustentar uma ideologia. O exemplo da cultura ser utilizada para promoção da coerção social, como foi apresentado por Wallerstein (1998), se configura como um ato de exercício de poder. Desse modo, essa instrumentalização da cultura, especificamente, é discutida por vários autores que destacam o seu papel para integração social em função da sua potencialidade de promover identificação.

Nessa perspectiva, Ennes e Marcon (2014) defendem a importância de estudar os processos identitários e entendê-los como formas de expressão das relações de poder que pautam as relações sociais. Os autores ressaltam que há várias divergências teóricas, mas os principais teóricos convergem na ideia de que é preciso considerar a dimensão relacional e política das identidades, de modo que o pertencimento e a alteridade devem ser concebidos como decorrentes das relações de poder existentes. Sobre isso, Woodward destaca a relação existente da dimensão cultural no processo identitário afirmando que

Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído. A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade. [...] Somos constrangidos, entretanto, não apenas pela gama de possibilidades que a cultura oferece, isto é, pela variedade de representações simbólicas, mas também pelas relações sociais. (WOODWARD, 2000, p. 18-19 apud ENNES; MARCON, 2014, p. 287).

Habermas (2000) também trabalha a ideia de instrumentalização da cultura com o objetivo de integração social promovida pela identificação ao referir-se a dois tipos de Estados nacionais segundo o modo como foram formados: os que formaram-se com base em estados territoriais existentes; e as "nações tardias", como a Itália e a Alemanha, cujos estados foram formados baseados no que ele chama de uma consciência nacional que girava em torno

da semelhança da cultura e da língua compartilhada. Enquanto o primeiro tipo foi formado com a ajuda da burocracia, com o trabalho de juristas e diplomatas, por exemplo, o segundo tipo utilizou-se do trabalho de "escritores, historiadores e jornalistas [...] com a propagação do projeto - a princípio imaginário - de uma nação unificada em bases culturais" (HABERMAS, 2000, p. 299).

Em um artigo sobre os processos identitários, em que são retomadas as origens dos estudos dessa área e são abordadas as ideias dos autores clássicos, Ennes e Marcon (2014) citam concepções de Benedict Anderson e Anthony Smith acerca da formação das nações que se assemelham ao que foi discutido por Habermas (2000). Ambos os autores se posicionam contra a ideia predominante de que os povos precederam os Estados nacionais. Segundo eles, a nação surgiu como uma consequência de processos de elaboração e idealização para a constituição de sentimentos de unidade e de identidade nacional. Esses processos também contaram com a influência da diplomacia e da força militar para a delimitação de fronteiras geopolíticas. Considerando esses aspectos, Anderson (2008 apud ENNES; MARCON, 2014) afirma que as comunidades nacionais são imaginadas, pois foram construídas social e simbolicamente.

A concepção de Estado moderno pautada na ideia de nação homogeneizada, portanto, foi utilizada devido à função catalisadora que a identificação coletiva promove, e tal identificação facilita a mobilização política da população em torno de objetivos comuns para a nação. Ao referir-se às similaridades culturais como fonte potencial de integração social, os novos Estados que estavam surgindo viram nessa articulação a possibilidade de alterar a legitimidade da sua autoridade política baseada na visão religiosa (muito utilizada por monarquias absolutistas) para a visão de cidadania. Outro aspecto favorável ao Estado para fortalecer a comunidade nacional foi o potencial de integração social. Tal integração tornou-se fundamental devido ao esfacelamento dos laços corporativistas entre a população nas primeiras sociedades modernas e à importância da existência de unidade entre a população de um Estado (HABERMAS, 2000).

Como a ideia de uma nação de cidadãos conscientes e mobilizados politicamente em prol da nação era fundamental para essa nova configuração de Estado, apenas as ideias abstratas de direitos e de soberania popular, contidos na ideia de cidadania, não seriam eficazes. Nesse ponto, Habermas (2000) descreve com precisão a influência que a identidade pautada em produções culturais compartilhadas tem:

Essa lacuna [das ideias abstratas] foi preenchida pela ideia moderna de nação, que foi a primeira a inspirar nos habitantes de um território comum o sentimento de

pertencer a uma mesma república. Somente a consciência de uma identidade nacional, cristalizada em torno da história, língua e cultura comuns, somente a consciência de pertencer a uma mesma nação, faz com que pessoas distantes, espalhadas por vastos territórios, sintam-se politicamente responsáveis umas pelas outras. Assim, os cidadãos passam a se ver como partes de um mesmo todo [...] (HABERMAS, 2000, p. 301-302).

Uma vez entendida a relevância da integração social para conceder legitimidade ao Estado, e conseqüentemente atribuir poder a ele, Habermas (2000) pontua que a produção cultural voltada a aspectos nacionais foi estimulada e difundida pelos meios de comunicação da época para intensificar esse sentimento de pertencimento e impulsionar a noção de integração social. Assim, ele concede a essa interpretação cultural dos direitos da participação política o sucesso do Estado nacional europeu durante os seus primeiros períodos, uma vez que permitiu uma nova integração social.

Becker (2010) apresenta o caso da utilização do conhecimento acadêmico para estimular o sentimento de nação ao discorrer sobre o desenvolvimento da geografia como área do saber e sobre sua função ideológica nas questões territoriais na Europa do século XIX - envolta, na época, em confrontos e rivalidades entre nações e na formação dos impérios coloniais. A autora destaca a importância do discurso geográfico da época para o desenvolvimento do sentimento de nação por meio da ideia de identidade construída pela delimitação do espaço nos Estados modernos europeus que estavam se desenvolvendo. Para exemplificar, ela cita brevemente o caso da Alemanha pós-invasão napoleônica, em que houve uma reação nacionalista estimulada pela valorização de aspectos da cultura alemã e do incentivo ao estudo da história e geografia locais.

A função da cultura como aspecto que impulsiona a integração social, portanto, pode ser entendida pela demarcação de fronteiras materiais ou simbólicas, como afirmam Ennes e Marcon (2014). Segundo eles, a localização social promovida pela cultura leva a um sentimento de pertencimento e, portanto, há uma identificação coletiva. A demarcação dessas fronteiras, portanto, representaria a demarcação do que seria o "eu" e o "nós" em comparação aos "outros".

A ideia de uma cultura compartilhada como aspecto que promove a integração social também foi adotada durante o imperialismo, período no qual a aculturação foi utilizada como um instrumento de dominação. Schaden (1967), ao discutir sobre o processo de aculturação e assimilação das populações indígenas do Brasil, afirma que a aculturação pode assumir diversas modalidades e pode ter muitas motivações. Promovido pelo contato e imposição da cultura europeia aos povos nativos do país, o processo de aculturação foi caracterizado pela perda de referenciais culturais da própria comunidade em detrimento da integração de

referências de outras sociedades. Esse processo pode ser identificado em várias colônias na América, África e Ásia, por exemplo.

Convém citar que Schaden (1967) também destaca a dimensão psicológica do processo de aculturação, visto que tal processo pode acarretar, segundo ele, uma crise de identidade motivada pela validação dos valores dos brancos sobre a cultura a que ele pertence, no exemplo usado para os indígenas brasileiros. Nesse caso, é mostrada a ambivalência vivenciada pelas tribos indígenas brasileiras que, com aculturação, passaram a endossar certos preconceitos dos brancos sobre a cultura dos seus antepassados ao mesmo tempo em que não se viam mais plenamente pertencentes à cultura indígena descrita pelos brancos. Schaden (1967) também destaca políticas governamentais mais recentes que não foram eficientes em prevenir essas repercussões psicológicas. Ele cita o caso do Serviço de Proteção aos Índios, criado em 1910 e substituído em 1967 pela Fundação Nacional do Índio (Funai), que acaba estigmatizando essa população ao procurar conduzi-la a uma vida “civilizada” segundo a cultura dominante.

Um dos exemplos da relevância do sentimento de pertencimento e o seu benefício para o Estado imperialista pode ser identificado durante a época do Brasil colonial. Sob a expectativa de consolidar o domínio português nas fronteiras do Norte e do Sul do Brasil, o marquês de Pombal, durante sua administração, adotou algumas medidas voltadas aos indígenas, pois “se não contasse com uma população nascida no Brasil identificada com os objetivos lusos, seria inviável assegurar o controle de vastas regiões semidespovoadas” (FAUSTO, 1994, p. 97). Desse modo, três medidas principais foram tomadas: a transformação de aldeias na Amazônia em vilas sob a administração civil, a proibição da escravização dos índios (1757) e o estímulo aos casamentos mistos entre brancos e índios, em troca de “empregos e honras” para os descendentes da união (FAUSTO, 1994).

Trazendo essa discussão para um momento mais recente da história brasileira, Ortiz (1994), em sua análise sobre o discurso do Estado autoritário pós-1964 sobre a produção e a organização da cultura, tece uma reflexão sobre o discurso ideológico governamental como modo de integrar as diferenças regionais em torno da hegemonia estatal. Ao considerar o conceito de integração nacional a partir da ideologia de Segurança Nacional à época, o Manual da Escola Superior de Guerra expôs a necessidade de usar a cultura funcional como instrumento de união e de uma solidariedade orgânica da nação. Assim, a ideia de integração nacional foi utilizada como premissa política de coordenação das diferenças em nome dos objetivos nacionais. O autor destaca, ainda, que a ideologia não foi usada apenas para a repressão cultural promovida pelo Estado de Segurança Nacional, havia também um viés

ativo, impulsionado pelos mesmos motivos citados anteriormente, em que as produções culturais também eram desenvolvidas e utilizadas pelo Estado.

Ainda sob o recorte histórico do período da ditadura militar no Brasil, é possível refletir sobre o impacto de alguns eventos que aconteceram na época sobre a atuação do Estado na esfera cultural, como a consolidação dos conglomerados que controlam os meios de comunicação de massa e a expansão da produção, bem como da censura e da distribuição e do consumo de bens culturais. Dados referentes à presença do Estado no domínio cultural nessa época mostram o grande interesse do governo nas produções culturais e a forte influência ideológica nessa participação governamental. Nesse contexto, Ortiz (1994) pontua a intensificação da ação do Estado a partir de 1975, de modo que houve um grande incentivo cultural, tendo sido observado o impacto no mercado cultural. Dada a importância concedida às produções culturais para a integração nacional, "o movimento cultural pós-64 se caracteriza por dois momentos [...]; por um lado ele é um período da história onde mais são produzidos e difundidos os bens culturais, por outro ele se define por uma repressão ideológica e política intensa" (ORTIZ, 1994, p. 89).

O Conselho Federal de Cultura (CFC), instituído em 1966, também buscou revisitar a concepção do Brasil mestiço já discutida entre o final do século XIX até a década de 1930. Nessa nova abordagem promovida pelo Estado, a mestiçagem se apresenta a partir de um duplo sentido: o da questão racial e o da noção de heterogeneidade. Enquanto o primeiro sentido não foi um ponto central de discussão e não impulsionou reflexões sobre a problemática racial, a noção de heterogeneidade foi utilizada para apresentar um Brasil plural e diverso culturalmente. Na busca por uma abordagem cultural para a integração nacional, a ideia de pluralidade que é revisitada apresenta sutilmente uma ideologia de harmonia, ou seja, contém traços de uma identidade brasileira unificada na diversidade cultural. Assim, do mesmo modo que é possível encontrar essa ideologia de harmonia na obra de Gilberto Freyre que discute uma democracia racial resultante do sincretismo no território brasileiro, essa ideia é retomada de modo a não questionar a existência de contradições (ORTIZ, 1994).

Calcada na antropologia culturalista, a imagem de um Brasil cadinho das raças exprime o contato entre os povos como uma aculturação harmônica dos universos simbólicos, sem que se leve em consideração as situações concretas que orientam os próprios contatos culturais. [...] Quando se define o contato cultural como uma conjunção de dois ou mais sistemas culturais autônomos, o que se está fazendo é dissociar a cultura da sociedade. Não se considera, assim, as "situações" histórico-sociais no interior das quais se realiza o contato. [...] O que o conceito de aculturação pressupõe é um mundo onde não se manifestam as relações de poder. Esta ausência é compreendida pela ideologia tradicional como sendo um indício de democracia (ORTIZ, 1994, p. 95).

Como foi apresentado por vários autores, a cultura foi instrumentalizada várias vezes ao longo da história como uma maneira de alcançar determinados objetivos políticos. Cada contexto histórico apresenta formas diferentes dessa instrumentalização, seja pela imposição de uma nova cultura para facilitar o processo de dominação, seja pela disseminação de ideias específicas, por meio de produções culturais, cuja aceitação pela população permite a execução de um plano de governo. Atualmente, é possível identificar uma nova forma de utilização da cultura para exercício do poder no cenário internacional. Sob a mesma premissa da capacidade que a cultura tem de facilitar a aceitação de determinadas concepções, de promover certa integração social em função de uma identificação coletiva e de influenciar e ser influenciada pela sociedade, o chamado *soft power* passa a ser concebido como uma modalidade de exercício de poder que corresponde às necessidades e às mudanças da contemporaneidade.

5. SOFT POWER

5.1. O desenvolvimento do *soft power*

Joseph Nye Jr. concebe o termo "Soft Power"¹ em um artigo de 1990 em que reflete sobre as mudanças do cenário internacional no período pós-Guerra Fria sob a perspectiva do que isso significava para os Estados Unidos. Nesse artigo, o autor ressalta o aumento da interdependência entre os países do mundo e a mudança no exercício do poder no cenário político mundial como dois dos grandes fatores que instigaram uma nova análise sobre as relações entre os países. A complexidade característica do sistema internacional contemporâneo seria, assim, a principal causa do surgimento de um poder mais sutil, o *soft power*, que passa a ter grande importância nas relações entre os países do mundo. Assim, o *soft power* é definido como a

habilidade de conseguir o que você quer por meio da atração ao invés da coerção ou do pagamento. Surge da atratividade da cultura de um país, dos ideais políticos e da política. [...] Quando você consegue que outros admirem seus ideais e façam o que você quer, você não tem que investir muito em gravetos e cenouras para movê-los em sua direção. A sedução é sempre mais efetiva que a coerção e muitos valores como a democracia, os direitos humanos e as oportunidades individuais são profundamente sedutores (NYE, 2004, p. 10, tradução nossa).

Ao explicar o modo como o *soft power* passou a ser utilizado nas políticas externas nacionais e como ele se constituiu enquanto um aspecto fundamental dessas políticas, Nye faz uma breve discussão acerca do conceito de poder sob a perspectiva internacional e apresenta os principais aspectos que tornaram esse novo tipo de poder cada vez mais relevante. O autor considera "poder" como a habilidade de influenciar o comportamento dos outros para obter os resultados desejados e, por esse motivo, ressalta que há muitas formas de exercer tal influência (NYE, 2004).

Sabe-se que o poder de uma nação foi tradicionalmente mensurado a partir de sua força militar, devido, principalmente, à capacidade de coerção que o domínio bélico trazia. Contudo, as mudanças que ocorreram nas últimas décadas marcaram o sistema internacional de tal modo que impossibilitou reduzir o conceito de potência internacional ao seu poderio militar, sendo necessário, portanto, que outros aspectos sejam avaliados conjuntamente. As fontes de poder no mundo político no século XXI impõem novas dificuldades para que os países atinjam seus objetivos, tendo em vista que o mundo se tornou mais complexo em função da interdependência entre países, o que ocasionou uma difusão do poder (NYE, 1990; 2004).

¹ Mantendo o termo do original em inglês (NYE, 1990).

Tradicionalmente, o teste para averiguar um grande poder era a sua força na guerra. Hoje, contudo, a definição de poder está perdendo sua ênfase nas forças militares e conquistas que marcaram eras anteriores. Fatores como tecnologia, educação e crescimento da economia estão se tornando mais significativos para o poder internacional, enquanto a geografia, a população e as matérias primas estão se tornando um pouco menos importantes (NYE, 1990, p. 154, tradução nossa).

Ainda que um país possa dominar determinado campo, tal como a força militar, isso não o torna a única grande potência mundial, visto que ele dependerá de outros países, seja para a tecnologia, para a economia ou para questões ambientais, por exemplo. Desse modo, o conceito de difusão de poder, segundo o autor, surge nesse contexto para explicar que determinado país pode ser poderoso em determinado aspecto ao mesmo tempo em que é dependente de outro país que domina outro campo. Essa dinâmica da difusão do poder pôde ser vista facilmente na área da saúde durante o contexto da pandemia da COVID-19, por exemplo, em que alguns países se destacaram pela rapidez no desenvolvimento e aplicação das vacinas. A interdependência que caracteriza o cenário internacional também pôde ser observada na relação de compra e distribuição, seja de insumos, seja da própria vacina. O Brasil, em particular, protagonizou momentos de incerteza a respeito da importação de insumos chineses para a produção da vacina em território nacional. O atraso nesses envios, que ameaçou alterar o cronograma de vacinação nacional, foi atribuído às relações tensas entre o Brasil e China nos dias anteriores (G1, 2021).

Considerando a difusão do poder das grandes potências no período pós-Guerra Fria, Joseph Nye cita cinco tendências das últimas décadas que contribuíram para esse fenômeno: (1) a interdependência econômica; (2) os atores transnacionais; (3) o nacionalismo em estados fracos; (4) a propagação da tecnologia; (5) a mudança nas questões políticas. Soma-se a isso o efeito das novas formas de comunicação e de transporte na interdependência econômica (NYE, 1990).

O aparecimento de novos atores no cenário internacional, antes protagonizado apenas pelos Estados, representou uma grande mudança nas relações internacionais devido à influência que esses atores passaram a ter. Nye usa como exemplo o conflito no Oriente Médio, que para entendê-lo é necessário não apenas considerar as superpotências, mas também as influências de outros grupos como as companhias de petróleo, organizações terroristas e grupos religiosos transnacionais. Percebendo-se que os atores transnacionais passaram a exercer influência nas dinâmicas globais, sua participação instigou a mudança dos objetivos dos Estados, sendo necessário aos países dar prioridade para outras dimensões além da segurança militar. Nesse contexto, há uma mudança no nível de segurança nacional, de modo que ela não se resume apenas às ameaças militares, relacionadas à integridade

territorial, mas passam a abarcar outros aspectos como a esfera econômica e do meio ambiente, por exemplo (NYE, 1990).

No que se refere ao nacionalismo em países fracos ou pobres, Joseph Nye refere-se a um "acordar social" nessas regiões que tem dificultado a realização de intervenções militares, tornando-as mais custosas e dificultando, assim, a realização de "impérios coloniais" de grandes potências como ocorreu no século XIX.

É difícil imaginar, entretanto, quantas tropas seriam necessárias para restaurar o Xá no Irã socialmente mobilizado e nacionalista de 1979. Os Estados Unidos e a União Soviética consideraram os custos de manter tropas no Vietnã e no Afeganistão insuportáveis. Em cada caso, a causa foi menos um aumento no poder de um Estado fraco do que o alto custo para forasteiros governarem populações ativamente antagônicas (NYE, 1990, p. 162, tradução nossa).

Com essa passagem, o autor refere-se à ocupação do Afeganistão como tendo sido custosa para os Estados Unidos e para União Soviética, à época, com base no contexto em que o artigo foi escrito, ou seja, no início dos anos 1990, logo após o fim da Guerra Fria. Atualmente, mais de 30 anos depois, o Afeganistão volta a ser pauta nos noticiários internacionais depois que foi anunciada a retirada progressiva de tropas dos EUA pelo ex-presidente Donald Trump, com base em um acordo feito com lideranças do Talibã. A retirada foi concluída às pressas pelo atual presidente dos EUA Joe Biden, em função da tomada da capital e do governo Afegão pelo grupo fundamentalista mencionado (MAZANO, 2021; PASSARINHO, 2021). Sob a justificativa que a missão dos Estados Unidos já foi concluída naquele país, que era minar a ameaça terrorista, a retirada das tropas ocorreu no momento em que o Talibã voltou ao poder no Afeganistão, causando preocupação da comunidade internacional acerca da garantia dos direitos humanos (ACNUR, 2021; BRASIL, 2021).

Com as atualizações do caso entre EUA e Afeganistão, percebe-se que a ideia apresentada pelo autor sobre os altos custos para se manter tropas no país estrangeiro é mantida. Apesar de este exemplo não ser foco da discussão, cabe mencionar que o Talibã é um grande opositor de valores e costumes ocidentais e, em suas manifestações, comumente refere-se à necessidade de diminuir a influência estrangeira na região. Considerando os aspectos apresentados pelo autor no fim do século XX, e também a atualização de um dos casos mencionados, é pertinente destacar a mudança da natureza da política internacional apresentada por Nye. O autor ressalta que aspectos como a coesão nacional, a cultura universalista e as instituições internacionais estão se tornando mais relevantes na discussão sobre as chamadas formas intangíveis de poder, destacando que o poder está passando da esfera de "riqueza pelo capital" para a "riqueza pela informação".

Essas principais mudanças observadas nas últimas décadas permitiram que o *soft power* se desenvolvesse e ocupasse um lugar de relevância nas discussões sobre política internacional e, nesse contexto, destaca-se também o impacto da globalização devido aos avanços na divulgação de informação. Ao afirmar que “informação é poder”, o autor reafirma a importância da influência que um país exerce sobre outro em um contexto sem precedentes na história, em que as informações se espalham rapidamente. Nesse âmbito, ele destaca a importância do *soft power* devido à sua capacidade de conquistar o que se quer por meio da influência e ressalta ser um aspecto fundamental na atualidade devido à impossibilidade de um país agir sozinho no contexto internacional - ele usa o combate ao terrorismo e a deflagração de uma guerra como exemplos para explicar o papel fundamental da cooperação entre nações (NYE, 1990; 2004).

5.2. Caracterizando o *soft power*

O *soft power*, normalmente, é discutido em contraponto ao chamado “hard power”, ou seja, um poder “mais duro” que é usualmente relacionado ao poderio militar. Normalmente referenciado como a segunda face do poder, o *soft power* se caracteriza pelo modo indireto de exercer o poder que se detém. Considerando o poder como a habilidade de conseguir seus objetivos a partir do controle do comportamento do outro, como preconizou Nye (2004), o *soft power* se diferencia por fazê-lo pela atração, e não pela coerção. Ou seja, a particularidade desse poder reside na habilidade de moldar determinadas preferências dos outros para fazer com que eles desejem o mesmo que você. Isso ocorre por meio da admiração dos valores, da inspiração nas atitudes e do desejo de atingir o mesmo nível de “prosperidade” de determinado país (NYE, 2004). O próprio emprego do termo “prosperidade” por parte deste autor já demonstra como a admiração por determinada nação e a inspiração nesse ideal construído têm um grande impacto sobre a concepção de uma comunidade, visto que o que é concebido como prosperidade pode variar bastante culturalmente.

O *soft power* não se iguala à influência, uma vez que esta pode estar presente nas ameaças e pagamentos promovidos pelo *hard power*. Os aspectos que embasam o *soft power* são a persuasão e a sua habilidade de atração que levariam a um consentimento. Assim, esse poder pautado na aceitação voluntária e na persuasão nas preferências do outro reside na atratividade de sua cultura, de seus valores e de sua política externa, sendo esses os três recursos fundamentais do *soft power* (NYE, 2004).

Considerando o papel que essa atração pode exercer, o posicionamento de alguns países sobre a política doméstica ou internacional de outras nações ocorre não apenas por uma

necessidade de se posicionar, mas sim para criar uma imagem positiva do país no cenário mundial a partir dos valores que eles estão defendendo. A divulgação desses valores como algo positivo é uma forma de legitimá-los e, conseqüentemente, legitimar o seu poder. “Se um país pode moldar as normas internacionais de maneira consistente com os seus interesses e valores, é mais provável que suas ações irão ser legitimadas aos olhos dos outros” (NYE, 2004, p.10-11, tradução nossa). Nesse âmbito, a cultura se destaca pelo seu caráter privilegiado de refletir os valores e as práticas que têm significado para aquela sociedade. A atratividade de um país é maior quando sua cultura reflete valores populares e interesses que são compartilhados por outras partes do mundo.

Apesar de as manifestações culturais serem bastante diversas, incluindo campos como literatura e educação, é comum que a sua contribuição para o *soft power* seja vista como limitada apenas ao entretenimento de massa produzido por determinado país, quando na verdade pode envolver as mais diversas manifestações culturais. Sobre isso, Nye (2004) aproveita para ressaltar a importância de se considerar o contexto como um aspecto que impacta na efetividade desse poder. Ele afirma que o impacto da cultura popular é inegável enquanto fonte de *soft power*, mas esse impacto é insuficiente para afirmar sua efetividade em determinadas situações. Ele cita, como exemplo, que o simples fato de a Coca-Cola e o McDonald's serem populares não faria com que o mundo islâmico passasse a concordar com os Estados Unidos, e o mesmo ocorre com os demais aspectos. A questão central que o autor visa ressaltar com isso é “o erro de igualar o comportamento do *soft power* aos recursos culturais que às vezes ajudam a produzi-lo” (NYE, 2004, p. 11, tradução nossa).

Convém destacar que nem todas as fontes de *soft power* partem no governo de um país como acontece com o *hard power*. Enquanto as fontes deste são controladas pelo Estado, como é o caso das forças armadas, ou constituem em riquezas nacionais, as fontes de *soft power* escapam ao controle do Estado e, por isso, podem não servir completamente ao seu propósito - um exemplo é a oposição da cultura popular ao Estado durante a guerra do Vietnã (NYE, 2004).

Outro aspecto importante a ser considerado ao se discutir *soft power* é a possibilidade de que os ideais e a cultura do país tenham efeito contrário, ou seja, ao invés de instigarem uma atração, eles passam a ser vistos com impopularidade e repulsa. Dentre vários motivos que podem justificar a dissipação desse poder destaca-se a percepção de que aquele país está tendo uma postura hipócrita, arrogante ou esteja movido apenas pelo interesse nacional (NYE, 2004). O fato é que essa inversão do efeito da disseminação da cultura e dos valores do país tem um impacto na política externa - como pôde ser visto com a impopularidade dos Estados

Unidos devido às guerras do Vietnã e do Iraque, e mais recentemente com o *slogan American First* da administração de Donald Trump.

Considerando a complexidade do *soft power* e as suas características, percebe-se que esse poder não só se caracteriza pela minuciosidade do seu exercício para produzir os efeitos desejados, mas também pela sutileza no seu impacto sobre o outro. Do mesmo modo que a admiração a um país pode restringir-se a isso, ela também pode impulsionar uma atração que vai impactar no alinhamento do governo ao país em questão (NYE, 2004).

5.3. O exercício do *soft power* por meio da cultura

Em seu livro publicado em 2004, Nye afirma que todas as diferentes fontes de poder de um Estado se mantêm relevantes, ainda que em graus distintos. Contudo, ele ressalta que o *soft power* deve destacar-se entre as demais fontes, caso a tendência econômica e social da revolução da informação continue nos anos subsequentes. Tal tendência tem estado cada vez mais em foco nos últimos anos. Assim, para além das discussões sobre qual seria a forma mais efetiva ou relevante de poder nos dias atuais, não se pode negar o impacto da globalização nas relações internacionais e, conseqüentemente, no exercício de poder. Se nos voltarmos mais especificamente à facilidade ao acesso e à disseminação de informações, é possível perceber como essas mudanças tornaram mais complexas as relações entre os países.

Ainda no começo dos anos 2000, Joseph Nye afirmou que “os países que são mais propensos a ser mais atrativos e a ganhar *soft power* na era da informação são aqueles com múltiplos canais de comunicação que ajudem a delimitar os problemas; aqueles cuja cultura dominante e ideias estão mais próximas das normas globais vigentes” (2004, p. 31, tradução nossa). Apesar desta sua afirmação ser bem categórica, sem se preocupar em citar outros aspectos que poderiam dificultar esse ganho de poder, Nye já discutia a relevância da disseminação de informações para o exercício do poder e, em particular, para o *soft power*. Atualmente, a questão do controle e disseminação da informação já é bastante discutida, assim como o seu impacto para as políticas domésticas e internacionais - como é o caso da discussão sobre o impacto e a legalidade das notícias falsas, as *fake news*. Nesse âmbito, convém ressaltar a existência de relações de poder baseadas em discursos e símbolos, como já foi discutido no capítulo anterior, de modo que a difusão de informações ocorre, pelo menos, por meio de um deles.

Na discussão sobre o *soft power*, e ainda mais especificamente no seu exercício por meio da cultura, tanto o poder contido no controle e na disseminação de informações, como as relações de poder contidas em discursos e símbolos, tornam-se relevantes, tendo em vista que

podem ser considerados elementos constitutivos do *soft power*. Como mencionado, a cultura constitui-se com base em símbolos e pode ser manifestada por meio de discursos. Sendo assim, se o controle e a disseminação de informações em geral são consideradas relevantes para o exercício do poder, a disseminação de aspectos culturais também pode ser assim classificada.

Nye (2004) destaca vários momentos em que é possível identificar o exercício do *soft power* por meio da cultura, dando especial atenção ao período da Guerra Fria. Esses exemplos serão citados apenas com o objetivo de complementar a discussão sobre *soft power* inaugurada pelo autor, uma vez que permite compreender mais facilmente o exercício desse poder baseado nas produções culturais e na exportação de valores. Contudo, a leitura da obra desse autor permite tecer duas críticas que podem ser identificadas em todos os momentos do seu texto e, em especial, quando ele trabalha os exemplos. Em primeiro lugar, com menor intensidade no capítulo que trata sobre o *soft power* em outros países, o livro é altamente centrado na visão estadunidense. Apesar do consenso de que a imparcialidade não é possível nas ciências humanas e sociais, e o fato de que isso não diminui a validade do conceito e da argumentação trazida pelo autor, é importante ressaltar que em determinados momentos o relato do impacto do *soft power* exercido pelos Estados Unidos pode ter sido valorizado. Nesse ponto, surge a segunda crítica. Os exemplos trabalhados pelo autor são, de fato, importantes e consistem em ilustrações do exercício do *soft power*, cujo impacto pode, sim, ser bastante relevante. Contudo, ao não propor uma discussão mais complexa sobre outros fatores que podem ter interferido simultaneamente, de modo a impulsionar ou a dificultar a obtenção dos resultados almejados durante o exercício do *soft power*, o autor leva a uma compreensão um pouco simplista dos eventos trabalhados.

Alguns exemplos do exercício do *soft power* trazidos por Nye (2004), mas cujas relações diretas com os resultados obtidos vão ser generalizadas em função das críticas expostas no parágrafo anterior, são a promoção de intercâmbios e de eventos esportivos, como também a exportação de filmes, músicas e valores. Os intercâmbios acadêmicos e científicos podem servir como fonte de *soft power* por promover o contato de estrangeiros com os valores e a cultura do país, de modo que, ao retornar ao país de origem, esses estudantes podem ter uma visão positiva sobre o país que visitaram, podem defender e disseminar os valores lá aprendidos e podem, também, ocupar posições relevantes em seus trabalhos (como em cargos políticos), de modo a afetar positivamente o país que os recebeu por meio de suas decisões.

No que se refere à exportação de produções culturais, o *soft power* se faz efetivo com base na transmissão dos valores culturais daquele país e também do apreço por sua cultura. Nye (2004), ao trazer o exemplo da exportação de filmes dos Estados Unidos para a União Soviética, afirma que muitas das produções estadunidenses eram impedidas de entrar na União Soviética em função da censura, de modo que apenas poucas produções, apenas as consideradas “apolíticas”, tinham permissão. Contudo, apesar dessa seleção feita pelo governo, ainda existia a transmissão de determinados aspectos culturais, nas produções que passavam pela censura, que continham efeitos políticos sutis, principalmente quando comparados à realidade da União Soviética à época - como, por exemplo, a exposição de cenas que mostravam a inexistência de longas filas para comprar comida e a possibilidade de adquirir o seu próprio carro.

Para além do exposto por Nye, pode-se citar exemplos mais recentes cujos impactos podem não ser tão evidentes como aqueles que têm a seu favor o distanciamento histórico, mas ainda assim é possível refletir sobre a influência que tais ações exercem. Um primeiro exemplo é referente aos métodos de aprendizado de língua estrangeira, em particular os das escolas bilíngues e das organizações governamentais como Aliança Francesa e Instituto Confúcio, que são instituições que visam não apenas ensinar ao estudante a língua de determinado país, mas também propõem uma imersão cultural. Nesse sentido, convém destacar a importância concedida por determinados países para desenvolver organizações educacionais que estejam presentes em diversos continentes e que promovam eventos culturais.

Exemplos sobre produções culturais que estão atingindo grandes públicos por todo o mundo são as chamadas bandas de *K-pop* e as franquias de filmes de super-heróis. Enquanto estas consistem em temáticas clássicas e são consumidas em várias partes do mundo desde a popularização dos quadrinhos (e cujos cenários são majoritariamente centrados em um único país e, quando não, são focados em países específicos do hemisfério norte), as chamadas bandas de *K-pop* passaram a se destacar nos últimos anos, alcançando sucesso mundial e levando várias pessoas a se interessarem na cultura coreana - o que levantou discussões sobre a política de *soft power* da Coreia do Sul.

Em um artigo do jornal Poder 360, Possa (2021) discute sobre a chamada *Hallyu* (onda coreana) como resultado do exercício do *soft power* pelo governo sul-coreano. O artigo apresenta vários dados que demonstram o crescimento da projeção da Coreia do Sul no cenário internacional e o modo como o incentivo à cultura foi fundamental para isso. Segundo reportagem do Korea Times (2020, apud Possa, 2021), o governo da Coreia do Sul investiu,

em 2020, 1,69 trilhão de wons (equivalente a 7,64 bilhões de reais) para "fomentar a criatividade local e impulsionar as vendas globais de conteúdo cultural coreano". Além do aumento crescente na busca da Coreia do Sul como destino para turismo, que em 2003 registrou a visita de cerca de 4800 brasileiros, em contraste aos 19700 brasileiros em 2018, o país também alcançou 109,9 bilhões de dólares em exportações de produtos relacionados à "onda coreana" em 2019. Nesta esteira, foi uma produção sul-coreana (*Parasita*) que venceu a categoria mais importante do Oscar de 2020, a de melhor filme.

Diante desses dados, Possa (2021) explica que a estratégia sul-coreana começou a ser elaborada na década de 1990 e teve como motivações principais o grande potencial lucrativo da indústria cultural e a possibilidade de avanços no campo turístico e diplomático baseados na exportação de produções e símbolos culturais. Um exemplo da repercussão política pode ser visto no início da aproximação diplomática entre a Coreia do Sul e o Japão, que, apesar de compartilharem laços históricos conflituosos, houve um aumento no trânsito de turistas japoneses para a Coreia do Sul em função do grande sucesso que um filme coreano atingiu no país. Ainda em relação à motivação política para o exercício do *soft power*, cabe ressaltar o fato de o presidente sul-coreano nomear a banda de *K-pop* BTS como representante do país em eventos oficiais internacionais, como as participações de cúpulas da Organização das Nações Unidas (ONU).

A referência ao *soft power* é comum nas relações internacionais e costuma ser foco de análise de teóricos da área que normalmente buscam discutir os meios pelos quais os governos buscaram exercer o *soft power*, a eficácia dessas ações e os propósitos que buscaram alcançar com essa prática. Ageeva (2021) traz a perspectiva do exercício do *soft power* pela Rússia ao longo dos últimos 20 anos, trançando momentos de ascensão e de declínio desse poder². A autora destaca que vários dos principais especialistas sobre as relações internacionais russas estavam se referindo ao *soft power* como inadequado para a realidade do início do século XXI, de modo que agências do próprio governo russo quase deixaram de lado políticas que envolviam essa concepção de poder. Contudo, o *soft power* continuava a ser um dos tópicos de maior destaque nas produções acadêmicas e discussões na área durante esses últimos anos. A autora refere-se, inclusive, a uma nova tentativa do governo russo de implementar políticas que baseiam-se nos princípios do *soft power* - o que, segundo ela, pôde ser visto nas relações da Rússia com a Ucrânia e com o Ocidente.

² O presente trabalho foi finalizado e enviado para apreciação da banca examinadora no dia anterior ao início da guerra entre a Rússia e a Ucrânia.

Entre as ações tomadas pela Rússia para estruturar uma política de *soft power*, Ageeva (2021) cita uma abordagem do governo voltada para a Diáspora Russa, de modo que os seus nacionais serviriam como "guias naturais" da cultura russa enquanto estudavam e trabalhavam em outros países, e agiriam, então, como intermediários de um projeto econômico. Houve, também, a promoção da consolidação do espaço pós-soviético com base na promoção da educação, de programas de intercâmbio e de estudos da língua e da cultura russa. Além disso, o país buscou a institucionalização do *soft power* com a criação de organizações do governo e do financiamento de ONGs para popularizar o idioma e a cultura russa e divulgar os seus valores.

A autora ressalta, contudo, que essa institucionalização e o aumento da visão positiva da Rússia ocorreu entre 2007 e 2013, na chamada segunda fase do *soft power* no país. Ageeva (2021) situa os últimos anos desse período como a terceira fase do *soft power* russo. Iniciada em meados de 2013 e marcada pela anexação da Crimeia pela Rússia e pelas consequentes tensões com o Ocidente, as instituições criadas pelo país como parte do seu *soft power* foram mantidas, mas a Rússia passou a assumir uma postura mais "defensiva-ofensiva" em sua política externa - algo que, segundo a autora, permanece até hoje e marca um estreitamento ou queda do *soft power* russo, o que pode ser observado no emprego de uma retórica mais agressiva. Esse novo movimento da Rússia resultou, ainda segundo a autora, em uma concepção negativa do mundo sobre a Rússia, sendo vista como um país agressivo e imprevisível.

Há outros artigos cujas análises giram em torno do modo como determinados governos utilizaram-se do *soft power* em suas políticas externas internacionais, como o caso de pequenos Estados como o Vaticano e Singapura. Essas análises nos permitem discutir aplicações do conceito de Joseph Nye em diferentes cenários ao mesmo tempo que traz possíveis críticas e contribuições de outros autores para a ideia de *soft power*. Como discutido ao longo dos capítulos anteriores sobre a relevância dos símbolos e discursos para o exercício do poder, Chong (2010) faz referência ao *soft power* como sendo um poder simbólico. Ele afirma que a análise das bases do *soft power* torna evidente a potencialidade do seu uso por pequenos Estados como uma forma de desafiar as suas limitações territoriais no campo político e econômico, permitindo que essas regiões ampliem sua importância no cenário internacional - o que o autor se refere como estratégia do *soft power* de ampliação virtual.

Na literatura, os pequenos Estados são caracterizados de maneira pessimista quanto às suas potencialidades internacionais em função de suas limitações, como a limitação territorial, populacional, de potencial de mercado e da posse de recursos. Chong (2010), contudo, afirma

que tais características podem se tornar vantagens se "estratégias simbólicas" forem empregadas e o autor enfoca a discussão na análise dos casos de Singapura e do Vaticano (apesar deste não se configurar como um país, ele é reconhecido como um sujeito do direito internacional público capaz de mediar disputas diplomáticas).

Chong (2010) afirma que o *soft power* exercido pelo Vaticano é pautado, principalmente, pelo seu papel de destaque para a religião católica e a influência dessa religião e do Papa em várias regiões do mundo. Por não operar economicamente como outras regiões, a política externa da região é pautada pelo que o autor chama de “modelo da boa governança”. Em linhas gerais, Chong afirma que a história da Igreja Católica já traz o poder da sua influência nas artes, na política mundial e na ciência - a exemplo do incentivo cultural para artes sacras, na cooperação da igreja com diversas monarquias e suas políticas, como o envio de jesuítas ao Brasil, e na influência nas produções científicas. Mais recentemente, com a delimitação territorial do Vaticano, a região ainda mantém influência com base nas suas tradições e na figura papal, de modo que ele representa o que o autor chama de uma “diplomacia moral” alinhados ao que decidido pelo Vaticano, que traz discussões sobre padrões de conduta e, muitas vezes, de valores universais semelhantes aos que a ONU defende.

Singapura, por sua vez, tem o *soft power* marcado pela influência no âmbito econômico. Chong (2010) destaca que, à época do artigo, essa região contava com índices econômicos desproporcionalmente altos em relação à sua extensão territorial. O autor explica que essa realidade decorreu de uma decisão estratégica do governo para aumentar o valor internacional da região, por meio de medidas de *soft power*, de modo a compensar as limitações em função da sua extensão. Um aspecto favorável ao exercício do *soft power* da região foi a sua história anticolonial pautada na definição de uma comunidade que buscava defender sua própria identidade; um segundo aspecto, de base econômica, foram as decisões políticas tomadas pelo governo para aproveitar a localização privilegiada do seu território entre o Estreito de Malaca e o Mar do Sul da China. O país conquistou destaque no mercado financeiro internacional ao estimular a atrair fluxos de trabalhadores, de corporações, de capital e de informação, criando um polo relevante da região. Singapura também atualizou essa política ao investir cada vez mais em tecnologias de maior valor.

Ainda sobre a relação entre cultura e *soft power*, Zamorano (2016) traz novas perspectivas ao tecer críticas à instrumentalização da cultura como mecanismo de poder por meio da atividade diplomática. As mudanças vivenciadas pelo mundo com o advento da globalização, o surgimento de novos atores supranacionais, a interdependência entre nações,

entre outros, assim como pontuou Nye (1990; 2004), são destacadas por Zamorano (2016) como aspectos essenciais que promoveram mudanças mundiais e, desse modo, concederam às políticas culturais uma nova e maior relevância ao nível internacional por meio da diplomacia cultural. Por esse motivo, muitos teóricos fizeram referência à diplomacia cultural como uma instrumentalização do *soft power*.

Segundo Zamorano (2016), a chamada diplomacia cultural é definida de várias maneiras e sua concepção é tão variada quanto os países que afirmam usá-la. Em uma tentativa de abarcar os principais elementos das concepções existentes, o autor considera que “a diplomacia cultural envolve a intervenção sistemática dos governos nas artes, ciências e em outras expressões culturais como a base de uma categorização oficial da identidade nacional” (ZAMORANO, 2016, p. 169, tradução nossa). Além disso, o autor destaca que existe uma participação de agentes supranacionais nessa prática diplomática e que ela pode ser concebida como uma "combinação de políticas governamentais de promoção cultural internacional".

Identificando que grande parte das produções sobre diplomacia cultural contém conceitualizações e referências ao *soft power*, Zamorano (2016) tece críticas às abordagens metodológicas e às discussões presentes em grande parte desses estudos, que costumam reduzir-se a meios para acumular poder. O autor baseia-se na concepção pós-estruturalista de poder, em que ele é considerado como um componente inerente das relações sociais que não pode ser possuído, como afirma Foucault. Além disso, o autor cita o poder simbólico definido por Bourdieu (2000 apud ZAMORANO, 2016), como estando presente em todos os demais tipos de poder e agindo como um dispositivo de legitimação. Bourdieu também apresenta a concepção de violência simbólica, que ocorre quando o poder “consegue impor significados e os impõe como legítimos ao ocultar as relações de poder que são a base de sua força, [ou seja] acrescenta seu próprio poder simbólico a essas relações de poder” (BOURDIEU; PASSERON, 1977, p. 44 apud ZAMORANO, 2016, p. 176).

Apresentadas as bases teóricas que fundamentam as críticas do autor, Zamorano afirma que muitas das articulações entre diplomacia cultural e *soft power* tendem a ignorar a violência simbólica que está presente em vários processos que ocorrem por meio das políticas culturais internacionais. Segundo ele, o modo como o *soft power* é interpretado promove práticas mais voltadas a relações materiais e terminam por omitir o fato de que essas práticas podem fazer parte de políticas imperialistas e colonialistas. Nesse sentido, o autor ressalta que vários conflitos que envolvem aspectos culturais são reduzidos a um fenômeno de “antagonismo cultural”, de modo que essa ideia tem legitimado estratégias de hegemonia e promovem uma redefinição nas agendas estrangeiras, em que as identidades culturais e

religiosas são consideradas as principais fontes de conflito na atualidade (ZAMORANO, 2016).

Em linhas gerais, o autor critica as abordagens superficiais que reduzem a diplomacia cultural à instrumentalização da cultura internacionalmente. Zamorano (2016) também critica a utilização da violência simbólica, conceituada por Bourdieu, em algumas políticas culturais e a legitimação de práticas de manipulação sob o pretexto de segurança e de interesses econômicos, além de propor que novas abordagens sejam utilizadas nas análises sobre diplomacia cultural.

6. ANÁLISE E DISCUSSÃO

*Não! Eu não sou do lugar dos esquecidos!
 Não sou da nação dos condenados!
 Não sou do sertão dos ofendidos!
 Você sabe bem: Conheço o meu lugar!*

Belchior

6.1. Os impactos do *soft power* nas identidades nacionais e suas repercussões

A discussão sobre cultura e identidade nacional, anteriormente abordadas, permite tecer reflexões sobre a sociedade baseadas em diferentes perspectivas, como o caso das relações de poder. Há diversas discussões em torno da relação existente entre cultura, identidade e poder, principalmente no que se refere ao modo como eles estão diretamente ligados na medida em que se influenciam mutuamente e que se configuram como características indispensáveis uns dos outros. Não há como pensar em identidade nacional sem considerar a cultura e as relações de poder que pautam determinada sociedade. Desse modo, à quem se propõe analisar de maneira ampla um desses aspectos, é preciso que haja, concomitantemente, a consideração dessas relações para evitar superficialidade. O *soft power* surge nesse contexto como uma manifestação das relações de poder no âmbito das relações internacionais sob o contexto da contemporaneidade.

Como foi visto, a cultura é conceitualizada de diversas formas e, apesar de determinadas abordagens não serem consensuais, há determinadas características da cultura que são convergentes entre os mais diversos autores clássicos. Primeiramente, é preciso ressaltar a cultura como sendo uma produção advinda da capacidade humana exercida em sociedade. O aspecto social da cultura é um ponto central na discussão, pois é por meio dele que se torna possível a comunicação e, conseqüentemente, as trocas entre as pessoas. A cultura também é apresentada como um aspecto que expressa e comunica determinada realidade social. Por esse motivo, muitos autores destacam a importância da linguagem, dos símbolos e do contexto sócio-histórico nas discussões sobre cultura.

Todas essas características nos permitem, portanto, discutir a influência da globalização nos processos culturais, tendo em vista que a “diminuição de fronteiras” e o aumento da influência entre comunidades, proporcionadas por esse fenômeno, têm um impacto sobre diferentes grupos humanos, já que eles passam a ter um contato mais intenso com produções culturais diferentes das suas. Se a cultura é percebida como uma forma de manifestação da realidade social, então, o contato entre diferentes grupos, com diferentes

perspectivas sobre a realidade, também apresentará repercussões para o modo como se concebe cultura no contexto da globalização. Muitos teóricos destacam a ideia de que a globalização leva a produções culturais mais globalizadas, ou seja, produções que passam a integrar características típicas de outros grupos sociais. Essa tendência, por sua vez, levanta discussões acerca das relações de poder existentes na sociedade e no modo como essa dinâmica de poder se manifesta nas produções culturais.

As identidades, de maneira geral, podem ser compreendidas como decorrentes da identificação de características semelhantes entre indivíduos que leva a uma integração. Nesse âmbito, a cultura surge como um aspecto central da discussão, pois o compartilhamento de produções culturais é um dos pontos que caracteriza as identidades. Essa tendência da cultura como centralidade pode ser vista, particularmente, nas identidades nacionais. Os autores discutidos, anteriormente, mostram que a identidade é pautada na definição de semelhanças e diferenças, ação que é dependente da faculdade humana de comunicação, pois requer a classificação e a nomeação de algo como “sendo diferente”. Assim, percebe-se como as identidades devem ser discutidas partindo-se da ideia de cultura e também de linguagem. O mesmo se aplica às identidades nacionais, o diferencial está no cenário em que essas identidades se encontram, ou seja, nesse caso, no cenário internacional.

Como foi visto, discutir sobre cultura e globalização implica na discussão sobre relações de poder. O mesmo deve ser dito sobre a discussão sobre identidades. O exercício das relações de poder, segundo autores como Bourdieu e Foucault, pode ocorrer por meio de discursos e símbolos, que são aspectos fundamentais na constituição da identidade e na cultura. Se discursos e símbolos carregam a manifestação de um poder, é imprescindível que estudos sobre identidade considerem o modo pelo qual esse fenômeno ocorre e quais são as suas repercussões.

Se delimitarmos ainda mais o campo de análise, pode-se falar que, como vários autores citados nos capítulos anteriores já pontuaram (CUNHA 2008; ENNES; MARCON, 2014; HABERMAS, 2000; ORTIZ, 1994; SILVA 2000), a identidade e a cultura podem ser usadas como uma forma de promover a integração social. Assim sendo, mais do que um fenômeno que pode ocorrer espontaneamente, a identidade também pode ser fruto de uma política que objetiva a união social em torno de semelhanças institucionalizadas. Nesse ponto, é pertinente referir-se especificamente às identidades nacionais. Se as identidades nacionais podem ser usadas em favor do fortalecimento de determinado Estado, ou como força integradora para a constituição de um Estado, como bem explicou Habermas (2000) e Ennes e Marcon (2014), a discussão sobre as relações de poder que perpassam as identidades torna-se

ainda mais urgente, pois implica na discussão sobre a instrumentalização dessa identidade para um fim.

Nesse ponto, afunilando as discussões sobre cultura, identidade nacional e relações de poder, é apresentada a noção de *soft power*. O *soft power*, como um conceito que se refere ao exercício de um poder sutil, usando-se da influência em detrimento da coerção no cenário internacional, destaca-se pela possibilidade de ser exercido por meio da cultura. Isso ocorre pelos motivos que já foram apresentados, pois a cultura permite a expressão de uma realidade social, o que, inevitavelmente, é refletida em ações. Sendo assim, o *soft power* compreende essa característica da cultura e propõe-se, ao ser exercido, a influenciar concepções e ações de determinados Estados a partir da propagação de produções culturais que passam ideias favoráveis sobre aquela temática ou sobre aquele país. Desse modo, o *soft power* instrumentaliza a cultura como produto e produtora da realidade social e também como estando sujeita às relações de poder, agindo para obter resultados específicos - o que pôde ser visto na instrumentalização da cultura para a formação dos Estados nacionais, como foi apresentado no capítulo 4, e nos exemplos sobre o exercício do *soft power* por meio da cultura, presentes na seção 5.3.

Portanto, sabendo-se do papel central da cultura nas identidades nacionais e o modo como as relações de poder perpassam ambos os aspectos, o presente trabalho visou a refletir sobre como o *soft power*, ao influenciar por meio da cultura, pode impactar essas identidades. São bastante discutidas as consequências do contato entre diferentes nações para os processos culturais de determinada região, como no caso da hibridização. Contudo, o que se propõe aqui, como objetivo geral deste estudo, é discutir os possíveis impactos de uma influência sutil estrangeira baseada na exportação e na importação de valores e produções culturais para as identidades nacionais, o que é muitas vezes articulado como uma política externa.

Como a maneira que consumimos essas produções culturais estrangeiras e passamos a estimar seus valores impactam no modo como nos percebemos como pertencentes a determinado país (como nos percebemos brasileiros, por exemplo)? Uma vez discutidos esses impactos, eles poderiam trazer repercussões para a ideia de integração social que a identidade nacional proporciona? Para além dessas repercussões domésticas, ou seja, no âmbito interno do país, o que seria possível pensar sobre as consequências desse fenômeno para o modo como nos percebemos em comparação ao estrangeiro (nós enquanto população de outro país)? Tais questionamentos norteiam os objetivos mais específicos deste estudo, os quais serão discutidos e, quiçá, respondidos nos tópicos que seguem.

6.1.1. Os impactos do soft power nas identidades nacionais

Para iniciar essa discussão é importante retomar duas características apresentadas por Hall (2000) e Silva (2000) sobre as identidades: a identidade como um ato linguístico e o seu caráter mutável. A identidade é fruto das criações humanas no âmbito social, pois ela se constitui pelas características de determinada comunidade segundo o contexto em que está inserida, do mesmo modo como ocorre com a cultura. Assim, o conceito de identidade já implica em mudanças constantes ao longo do tempo, o que nos permite enfatizar que a própria constituição das identidades implica uma maior abertura à mudança e às mais variadas influências, diferentemente de outros fenômenos que são considerados como estáticos.

As mudanças proporcionadas pela globalização, portanto, inevitavelmente alcançam as identidades nacionais. Isso pode ser identificado com base no impacto da globalização nas produções culturais. Nesse âmbito, uma questão levantada por Giddens (1997) sobre os efeitos da globalização nas tradições deve ser discutida. Ele afirma que a globalização fez com que as tradições preexistentes a esse fenômeno não pudessem evitar o contato com outros estilos de vida, e que a tendência desse contato seria o compartilhamento de produções culturais entre diferentes comunidades. O chamado pluralismo cultural não seria um fenômeno novo, mas a globalização teria trazido uma intensificação e facilitação, até então inéditas para a história, desse contato entre diferentes culturas. Um exemplo desse fenômeno pode ser encontrado no fato de existirem poucos povos que são considerados realmente isolados. Até entre aqueles povos que mantêm um distanciamento da sociedade, como no caso dos Yanomamis na Amazônia, há contato com pessoas de outras comunidades - seja por intermédio do governo para a garantia de direitos, por exemplo, seja por meio de estudiosos que visam a entender as particularidades dessa cultura, como no caso dos estudos antropológicos.

Giddens (1997) considera a tradição como um aspecto relacionado à memória coletiva de um povo que advém de um investimento emocional e também contém aspectos morais relacionados a ela, assim, nota-se que as tradições carregam as particularidades de uma comunidade. Além disso, Giddens refere-se à tradição como ativa e interpretativa, pois é algo que tem um forte vínculo com o passado, mas também que é utilizada como referência para a interpretação do presente e a organização do futuro. Nesse ponto, é possível destacar a importância da cultura para uma sociedade.

Contudo, conforme já discutido, a globalização, a cultura e a identidade nacional trazem consigo a trama das relações de poder. Assim sendo, a influência de determinada cultura sobre outras, o que foi intensificado pela globalização, também não está isenta dessa

dinâmica de poder. Desse modo, se considerarmos o valor da cultura para um povo, assim como sua estreita relação com a identidade desse grupo, é possível refletir sobre quais seriam os possíveis impactos da influência de uma cultura sobre outra, particularmente por meio do *soft power*.

Como foi dito, as trocas culturais não são um fenômeno novo no contexto mundial. É de conhecimento comum a quantidade de culturas que tiveram contato ao longo da história e as diferentes formas como isso aconteceu - seja ela advinda de uma relação amistosa ou de uma disputa entre comunidades. A principal questão que pretendo levantar é o modo como a troca cultural ocorre. O exemplo do imperialismo ilustra bem a possibilidade de haver imposições culturais de uma nação sobre outra. Considerando o foco deste trabalho, há uma influência cultural que ocorre de uma maneira diferente devido à sua sutileza, por meio do *soft power*, de modo que o exercício do poder contido nessa dinâmica fica menos evidente. Assim, a influência do *soft power* pode ser pensada como uma influência cultural sutil sobre determinado Estado.

Se considerarmos as especificidades que as produções culturais de uma comunidade têm, produções estas investidas de sentido e que repercutem em ações e projetos futuros, a integração de aspectos de outra cultura de maneira não espontânea não deve atingir o mesmo nível de significado para aquele grupo. Conforme Giddens (1997) afirmou, há um caráter emocional e interpretativo envolvido nessas produções e esse caráter dificilmente seria alcançado por meio de uma aquisição cultural “imposta”, ainda que sutilmente. Soma-se a isso o fato de que esses aspectos culturais exteriores à comunidade não necessariamente se comunicam com a realidade social e com os símbolos já existentes naquela sociedade. Assim sendo, o simples consumo e aquisição dessas produções culturais estrangeiras não teriam o mesmo significado para aquele grupo, pois não há um envolvimento simbólico e interpretativo.

Esse posicionamento acerca da cultura também não é novo, e há vários acontecimentos históricos que ilustram a diferenciação entre o significado de aspectos culturais adquiridos de maneira irrefletida e aqueles que foram produzidos segundo a realidade social do grupo. Alguns exemplos que foram citados ao longo dos capítulos anteriores estão presentes na época do imperialismo, como é o caso da aculturação e da miscigenação. Sobre essa última, fica evidente a tentativa de atribuir significados próprios da comunidade àqueles aspectos que foram impostos pelo colonizador. Um exemplo desse fenômeno é o sincretismo religioso, bastante presente e discutido no Brasil, em que os

africanos, por exemplo, passaram a atribuir características das entidades que eles cultuavam aos santos cristãos impostos pelo colonizador europeu.

Uma vez apresentada a ideia de que as produções culturais importadas não abarcariam o conteúdo simbólico e emocional ao serem integradas a uma sociedade de maneira incisiva e irrefletida, pode-se refletir sobre as repercussões dessa prática para as identidades, mais particularmente para as identidades nacionais.

Como já foi dito, as identidades são formadas em torno das ideias de semelhanças e diferenças, que são frutos da linguagem e, portanto, envolvem diretamente as produções culturais. No âmbito nacional, a identificação de um indivíduo com produções culturais tidas como pertencentes àquela nação é fundamental para o sentimento de pertença. Há um grande envolvimento de determinada população com símbolos referentes ao seu país, sejam eles as músicas, os costumes ou a bandeira e o hino nacional, pois esses símbolos materializam a ideia de pertencer a uma nação, a ideia de “ser brasileiro”, por exemplo. O fato é que tal identificação é criada ao longo do desenvolvimento do indivíduo e abarca, portanto, aspectos emocionais, interpretativos e um caráter de performatividade, o que vai permitir que haja um sentimento de pertença. Martín-Baró e Ecléa Bosi, trazidos na discussão de Arantes (2020) já demonstravam a importância do vínculo com o passado, expresso na memória social de um grupo, e da sua relação com o sentimento de pertença para os processos identitários.

Seria difícil pensar em um envolvimento profundo com algo que não faz parte da sua história, da sociedade que você faz parte, do seu repertório simbólico e que não contém um aspecto emocional. A identificação em torno de algo advém dessa ideia de que a pessoa “é algo” que se assemelha ao outro. Ou ainda, que a pessoa “tem algo” semelhante ao do outro. No caso das produções culturais estrangeiras, esse nível de proximidade com o indivíduo seria significativamente reduzido.

No *soft power*, existe a ideia de popularização da cultura ou dos valores de determinado país, mas isso não necessariamente envolve uma identificação grupal mais profunda entre aqueles que recebem essas produções culturais. Uma pessoa de determinada nação pode gostar de um estilo musical estrangeiro e identificar-se individualmente com ele por inúmeros motivos. Contudo, se isso evoluir a ponto de fazer parte da identidade da pessoa, ela não será uma identidade nacional e provavelmente será baseada no “gostar”, não havendo qualquer envolvimento histórico ou simbólico no âmbito grupal. No âmbito individual pode haver uma integração dessa produção estrangeira à identidade no indivíduo, mas isso não pauta a discussão de identidades nacionais.

A grande questão em torno disso é o impacto que a prática do *soft power* pode ter nas identidades nacionais. As identidades nacionais requerem que a população tenha uma identificação em torno de símbolos que caracterizam a nação e que remetem à sua história e essa identificação ocorre em vários níveis, como já foi dito. Contudo, a massificação da cultura e a tentativa de exportar produções culturais e valores para outros países pode influenciar negativamente nesse processo. Essa problemática pode ser discutida sob duas perspectivas: se, por um lado, a população de um país passa a identificar-se com produções culturais estrangeiras diversas, paulatinamente as produções nacionais tendem a ficar em segundo plano; por outro lado, também não haveria uma unidade em torno dessas “novas identificações”, seria uma identificação muito mais a nível individual do que social - apesar da expansão dessas produções estrangeiras, a individualidade dessa identificação se sobressai a um caráter social, pois ocorre de maneira dispersa e desordenada.

A problemática em torno de haver uma preponderância dos valores e das produções culturais estrangeiras reside no fato de que elas não abarcam a complexidade da realidade social dos outros países. Já foi discutida inúmeras vezes a ideia de cultura sob a perspectiva de expressão da realidade social e do modo como ela se dá por meio dos símbolos compartilhados pelo grupo. O problema levantado aqui não está no consumo de produções estrangeiras em si, mas, sim, quando existe uma intensa importação dessas produções, de modo que elas passam a ganhar maior destaque e importância do que as produções nacionais, o que pode levar a um distanciamento do indivíduo da sua identidade nacional. Também não convém falar sobre uma cultura livre de influências externas. As influências existem e sempre existiram ao longo de toda a história. A questão que embasa essa discussão é quando essa influência se torna intensa de modo a ser quase impositivo. Impositivo não por uma obrigatoriedade disposta em lei, mas, sim, pelas instituições. Desse modo, um primeiro impacto dessa ação cultural promovida pelo *soft power* pode se dar no âmbito da relação da sociedade com as produções culturais estrangeiras. Essa relação passaria a não ter a mesma profundidade que existe com as produções locais, sendo ela mais superficial e desconectada da realidade social daquele povo.

O segundo aspecto problematizado refere-se mais diretamente ao modo como as potenciais “novas identificações” com as produções culturais estrangeiras repercutiriam na identidade nacional. Essas novas identificações ocorrem mais a nível individual, pois advêm de uma relação unilateral em que o indivíduo apenas recebe aquelas produções culturais e valores, sendo, assim, um fenômeno mais disperso que não necessariamente leva a uma organização social. Ainda que ocasionalmente possam existir grupos internacionais, ou em

determinado país, baseados na identificação com uma produção cultural estrangeira (como o caso dos fãs de *K-pop*), eles não alcançam a ideia de identidade nacional e nem possuem as mesmas repercussões desta para o país. O surgimento de intensas identificações com produções culturais estrangeiras, desse modo, pode repercutir na identidade nacional do indivíduo à medida que ele se distancia daqueles referenciais simbólicos, culturais e históricos que caracterizam a identidade nacional do seu país.

Essas novas articulações em torno de produções e valores estrangeiros relegam as produções nacionais para um segundo plano. A problemática sobre as identidades nacionais surge quando essa dinâmica de integração cultural estrangeira ocorre sistemática e progressivamente, envolvendo diversas áreas culturais e simbólicas. Isso faria com que características atribuídas a uma nação não sejam mais preponderantes, pois, por exemplo, não haveria mais um gênero musical que o povo brasileiro se identifique, ou há um costume nacional que passou a ser visto como ultrapassado em detrimento de costumes estrangeiros. A problemática se constitui no momento em que esse fenômeno de integração do estrangeiro não é assimilado junto às particularidades culturais locais, apenas integrado de maneira irrefletida. Assim, como será mais detalhadamente discutido no tópico seguinte (6.1.2), as identidades nacionais seriam paulatinamente fragilizadas em torno de identificações mais individualizadas ou, como alguns autores falam, em torno de uma cultura global que não é pautada na definição das fronteiras.

6.1.2. Possibilidades de repercussão do soft power na integração social

Como já mencionado e discutido por meio das reflexões e estudos de vários autores, o processo identitário e as produções culturais já foram utilizados para promover a integração social. Um caso bastante emblemático é o da formação dos Estados modernos. Como bem explicam Silva (2000) e Habermas (2000), os Estados modernos construíram-se e adquiriram legitimidade por meio de essencialismos culturais, como o caso dos chamados mitos fundadores. Nesse contexto, a cultura é instrumentalizada com o objetivo de criar aspectos pelos quais as pessoas possam identificar-se e, assim, integrar-se em torno da ideia de uma nação. É nesse contexto que Silva refere-se à ideia de “comunidades imaginadas”, utilizando o termo criado por Benedict Anderson, pois elas não remontam a uma origem natural e espontânea, mas, sim, a uma criação pautada no compartilhamento simbólico e cultural. Considerando esses aspectos, percebe-se que a identidade nacional acaba adquirindo, também, uma função de integração social da população do país.

Retomando as problemáticas citadas no tópico anterior, o aumento da identificação com produções culturais estrangeiras e o distanciamento dos referenciais nacionais proporcionados pelo exercício incisivo do *soft power* poderiam levar a um enfraquecimento da integração social. Como possíveis consequências dessa prática, os indivíduos perderiam partes da sua identificação nacional em função de identificações com o estrangeiro. Desse modo, além do fato de os aspectos culturais que influenciam na identidade do indivíduo poderem estar difusos - tanto pelo fato de ele poder consumir as produções das mais variadas origens, como também por não haver coesão entre o que ele consome, o que ele vivencia - o referencial cultural e simbólico também pode, paulatinamente, passar a ser esse outro estrangeiro.

Mais uma vez, cabe destacar que essas observações não são referentes a toda e qualquer influência cultural estrangeira com a qual uma pessoa tem contato. Trata-se de situações mais específicas em que existe uma influência intensa que, no caso do objeto de estudo deste trabalho, advém de uma relação de poder sutil proporcionada pelo *soft power*.

Considerando situações em que o indivíduo não mais se identifica com o país do qual faz parte, ainda como consequência do exercício do *soft power*, há três situações principais que podem surgir em decorrência dessa perda de identificação: o indivíduo tem identificações no âmbito mais individual, com grupos menores e comunidades das quais faz parte; o indivíduo substitui a identificação nacional por uma identificação voltada ao cenário internacional como um todo, algo semelhante à ideia de cosmopolitismo; o indivíduo passa a se identificar com outro país. Os dois últimos casos trazem reflexões importantes à luz do *soft power*.

Como foi discutido Nairn (2000), o cosmopolitismo refere-se à ideia de ser um cidadão do mundo e foi bastante difundida até meados do século XX. Segundo o autor, essa concepção, à época, confundia-se com a ideia imperialista que colocava uma civilização como modelo de potência a ser seguido. Sob o olhar das repercussões da globalização, a substituição de uma identificação nacional por uma “identificação internacional” pode ser decorrente do contato intenso e incessante com produções culturais advindas de diversas partes do mundo. Contudo, não é possível ignorar a presença das relações de poder nesse processo, visto que elas influenciam no alcance das produções com que o indivíduo vai ter contato (sendo muito mais fácil acessar a conteúdos cinematográficos e da indústria musical dos Estados Unidos, por exemplo, ainda que essa tendência venha diminuindo nos últimos anos). Além disso, como foi visto, as relações de poder também influenciam no modo como o indivíduo vai compreender esse mundo ao qual ele pertence e se identifica - uma vez que,

como foi discutido por Nairn, a visão do indivíduo pode estar associada a uma ideologia de “mundo civilizado” que se coloca acima dos demais que devem seguir o seu exemplo.

Acerca da identificação do indivíduo com outro país em detrimento daquele do qual ele faz parte, a efetividade do *soft power*, bem como de outros mecanismos de exercício de poder, torna-se mais evidente. Os motivos que podem embasar essa mudança na identificação do indivíduo podem ser os mais diversos, desde a simples falta de identificação com o seu próprio país, uma concepção negativa sobre os aspectos culturais locais e a busca por uma identidade que seja congruente a determinada forma de o indivíduo pensar, até a exaltação do país estrangeiro e a vontade de pertencer de alguma forma a ele. Por qualquer que seja o motivo, a escolha, consciente ou não, de não se identificar com o seu próprio país, mas, sim, com qualquer outro país, especificamente, também traz a discussão sobre relações de poder. Nesses casos, é mais comum ver identificações com países que têm grande projeção internacional e cuja história, normalmente, remonta a sua grande influência em outras regiões - como o caso dos países europeus e sua história imperialista.

Um exemplo dessa identificação voltada a outro país pode ser visto na relação entre Porto Rico e Estados Unidos, no qual o primeiro é considerado um Estado Livre Associado aos EUA, não um Estado soberano. Essa situação remonta à época colonial, em que Porto Rico foi colônia da Espanha até 1898, quando foi cedida aos EUA como uma indenização de guerra. Baggio (1998), em um estudo sobre a identidade nacional de Porto Rico, ressalta que a resistência à dominação estadunidense foi muito pequena e que, na verdade, essa relação foi vista como vantajosa por grande parte da população daquele território e também pelos EUA, que viam nessa relação uma vantagem militar importante na região.

Como afirma Baggio (1998, p.3) “a ausência de soberania política fez de Porto Rico um país em busca de sua identidade. Para um estrangeiro, salta à vista a defesa intensa dos valores culturais porto-riquenhos e caribenhos e, ao mesmo tempo, a permanência da situação colonial”. Dentre os vários aspectos que são citados para explicar a manutenção dessa situação, todos embasam-se no sentimento de dependência aos EUA. Diante da situação de Porto Rico, Baggio (1998) apresenta a reflexão de vários autores que questionam essa relação existente entre o território porto-riquenho e os EUA, apontando para uma herança colonial de dominação, para a existência de grandes diferenças culturais entre ambas as comunidades e alguns autores até trazem interpretações psicológicas do “caráter dócil” do porto-riquenho para explicar a manutenção essa relação.

Diante desses aspectos identificados por Baggio (1998) no estudo de alguns autores que se opõem à integração política de Porto Rico aos EUA, a autora também lança uma

reflexão acerca de como ocorre a identidade nacional dos porto-riquenhos, visto que eles não têm soberania política e, simultaneamente, também não se identificam como estadunidenses.

Nas palavras da autora:

Como permanecer sendo porto-riquenho, sem alcançar a soberania política? A busca desta resposta está no debate político porto-riquenho e em toda a produção intelectual. O impressionante do caso de Porto Rico é a manutenção e a valorização das tradições culturais do país: os porto-riquenhos não são norte-americanos e nunca se sentirão norte-americanos, independentemente do status político. (BAGGIO, 1998, p. 8)

O exemplo de Porto Rico, apesar de ser um caso bastante particular, facilita a compreensão de quão difusa fica a ideia de integração social de um povo que não se identifica como tal. Juntamente a isso, pode-se refletir, também, acerca das consequências da identificação com um país ao qual você não pertence. Nessa situação, o indivíduo não se identifica completamente com aquele país, visto que não compartilha dos mesmos sistemas simbólicos daquele grupo, mas, por distanciar-se da identidade nacional a qual o indivíduo pertence inicialmente, ele também não se identifica completamente.

6.1.3. Possibilidades de repercussão do soft power nas representações sociais de um povo em comparação ao estrangeiro

Os impactos do *soft power* sobre as identidades nacionais, como um todo, já foram discutidos anteriormente. Contudo, é pertinente aprofundar essa discussão para um âmbito mais específico, ou seja, o modo como os impactos do *soft power* repercutem nas representações sociais que um povo tem de si mesmo em comparação com o estrangeiro. Para isso, é necessário retomar dois aspectos principais apresentados nos capítulos anteriores: identidade e representação social.

Silva (2000) destaca que a identidade, entre outros aspectos, pode ser considerada com base na diferenciação entre o “eu” e o “outro”, desse modo, a comparação é um processo inevitável do processo identitário. Igualmente, o autor destaca que faz parte da identidade a atribuição de valor como decorrência da prática de classificação e de criação de grupos, prática essa também constitutiva do processo identitário. Ao atribuir valor a determinados aspectos, geralmente existe a tendência de construções binárias baseadas na oposição entre o positivo e o negativo. Esse fenômeno é bastante verificado nas identidades e leva a uma hierarquização.

Outro aspecto importante presente nas discussões sobre identidade, e que foi pontuado por diversos autores, como Ennes e Marcon (2014), Hall (2000) e Silva (2000), é o seu conteúdo simbólico, uma vez que a identidade advém da linguagem e, por esse motivo, obedece a propriedades da linguagem como a imprecisão e a sujeição às relações de poder. Se

a identidade é construída por meio da linguagem e, também, representa a visão que o indivíduo tem sobre o mundo e sobre si mesmo, é imprescindível incluir as representações sociais nas discussões sobre o processo identitário. Essa relação não apenas foi indicada por Andrade (1995) e por Vasconcellos e Caetano (2014), mas pode ser identificada, também, na teoria de Giddens (1997) ao referir-se à importância das “verdades formulares” para a tradição compartilhada por um povo. Ao utilizar o termo “verdade formular”, o autor referia-se às ideias aceitas pela tradição. As representações sociais, por sua vez, segundo Moscovici (CHAMON; LACERDA; MARCONDES, 2017), referem-se às compreensões que o indivíduo tem sobre algo por meio do senso comum.

Assim, se a identidade é pautada na linguagem e no modo como o indivíduo concebe o mundo e a si mesmo, pode-se dizer que as representações sociais influenciam no modo como a identidade de um indivíduo é construída e, dialeticamente, mudanças identitárias também repercutem em mudanças nas representações sociais. Retomando a concepção da identidade como aspecto relacionado à comparação, valoração e hierarquização, as representações sociais também vão envolver esses aspectos, uma vez que estão relacionados à visão que o indivíduo tem sobre o mundo. Nesse contexto, é pertinente destacar, ainda, a influência das relações de poder para a difusão e a legitimação de determinadas concepções.

Considerando todos esses aspectos, o uso do *soft power* para difundir imagens desejadas de determinados países pode ter repercussões indiretas no modo como os povos dos demais países se percebem, ou seja, repercussões nas representações sociais que esses povos têm de si mesmos. Nessa discussão, é preciso considerar a relação entre o país que exerce o poder e o país que recebe os impactos do *soft power*, de modo que o primeiro exporta produções culturais, valores e discursos com o objetivo de se colocarem modelos a serem seguidos e admirados. Os países que importam essas concepções, por sua vez, passam a entrar em contato com esse “ideal” do estrangeiro.

Essa dinâmica de exportação de produções e concepções atrativas sobre o país é inerente à prática do *soft power*, faz parte do modo como ele é exercido. Assim, sabendo da natureza comparativa e valorativa das identidades, bem como do fato de as representações sociais referirem-se ao modo como o indivíduo compreende o mundo, essa prática do *soft power* pode implicar em consequências negativas para as identidades nacionais e para as representações sociais do povo do país. Martín-Baró refere-se às influências externas e às repercussões da colonização da América Latina como uma fonte de opressão cujas repercussões se fazem presentes na subjetividade do povo da região. Segundo o autor, esses

aspectos levaram a um povo latino-americano “com uma subjetividade frequentemente subalternizada” (DIAS, 2020, p. 15).

Um exemplo historicamente conhecido da influência que a legitimação de determinadas concepções pode ter sobre representações sociais foi a difusão da ideia de que a Europa detinha a civilização e deveria levá-la às demais regiões do mundo. Por muito tempo isso não apenas foi utilizado para justificar os atos imperialistas, mas também se fez presente nas representações sociais negativas sobre os países colonizados. Essas representações sociais negativas estavam presentes tanto nos países colonizadores, como nos próprios países colonizados. Foram as representações sociais negativas sobre a miscigenação brasileira, por exemplo, que levaram o governo a incentivar a vinda de europeus ao Brasil com o objetivo de embranquecer a população.

As representações sociais negativas sobre o próprio povo, construídas em comparação a um ideal estrangeiro, podem ser identificadas, também, no chamado Complexo de Vira-Lata forjado por Nelson Rodrigues (1993). Em uma crônica sobre a copa do mundo de 1958, o autor utilizou o termo para referir-se ao hábito que o brasileiro tem de comparar-se negativamente frente ao estrangeiro. “Por "complexo de vira-latas" entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. Isto em todos os setores e, sobretudo, no futebol” (p. 51). Apesar de o termo ter sido utilizado pelo autor para fazer um desabafo sobre o sentimento “derrotista” da seleção brasileira diante do confronto com seleções estrangeiras, ele tornou-se bastante conhecido e frequentemente aparece na mídia como referência a um sentimento de inferioridade do brasileiro em comparação aos estrangeiros.

Além desses aspectos que foram discutidos, a concepção da performatividade aplicada à identidade, como foi discutido por Judith Butler (1999 apud SILVA 2000) no capítulo 3, se relaciona diretamente às relações de poder baseadas no discurso. Sabendo-se que a identidade se constitui como um ato linguístico e que as constatações sobre determinada identidade carregam os valores daquele que fala, a possibilidade de um discurso descritivo ou constativo sobre determinada identidade ser repetido e, portanto, performado, perpassa diretamente as relações de poder entre aquele que constata e aquele que é alvo dessa constatação. Unindo a capacidade de performatividade da identidade às representações sociais negativas que um povo pode ter de si, essa concepção é cada vez mais reafirmada.

Além disso, Bourdieu (1996, apud GIORDANI, 2011) refere-se à eficácia da linguagem na construção da realidade como estando relacionada à legitimidade atribuída a quem fala. Assim, se determinado país se coloca como referência a ser alcançada pelos

demais em função das suas atribuições positivas, e, concomitantemente, o país tem importância internacional, essa concepção é tida como verdadeira. Nesse sentido, existe uma ideologia que é aceita e perpetuada, sendo, também, naturalizada. Junto a isso, é importante ressaltar que a representação social negativa também é mantida, visto que o ideal é colocado no outro, no estrangeiro, cabendo ao que difere desse ideal o valor negativo.

Dessa forma, o impacto do *soft power* sobre as identidades nacionais pode ocorrer por duas vias principais que se inter-relacionam, mas cujas consequências podem ser as mais diversas. A primeira via seria a mais direta e incisiva e consiste na “exportação” de produções culturais para o país em questão, resultando em representações sociais positivas sobre ele. A segunda via, que pode ser considerada como uma repercussão da primeira, é mais indireta e advém da elaboração dessas concepções positivas sobre determinado país estrangeiro, de modo que pode levar a uma reflexão autocentrada na própria imagem.

Algo que fica bastante evidente acerca das repercussões negativas do *soft power* sobre as representações sociais de um povo é a violência simbólica contida nessa prática. Como foi forjado por Bourdieu e apontado por Zamorano (2016), no âmbito do *soft power* a violência simbólica decorre da imposição de significados dentro de uma relação de poder. Nesse caso, as repercussões são ainda mais profundas do que uma imposição de significados poderia ser, já que impacta na identidade nacional de um povo e pode levá-lo a ter representações sociais negativas sobre si.

6.2. O caso do estrangeirismo e a centralidade da linguagem para as identidades nacionais

A concepção abrangente de identidade, discutida previamente no capítulo 3 e apoiada nas reflexões de Silva (2000), aponta o lugar privilegiado da linguagem enquanto constructo sociocultural que permite o surgimento das concepções de diferença e de identidade. Ao considerar a identidade enquanto um ato linguístico que pauta a diferença entre “nós” e “eles”, o autor apresenta características da linguagem que estão presentes na produção e no desenvolvimento da identidade, como é o caso da imprecisão, da instabilidade e da arbitrariedade, por ser compreendida dentro de sistemas de significação, e da tendência inalcançável da fixação.

Considerando-se a importância da linguagem nos processos identitários, convém-se pensar a respeito da relevância da linguagem para a identidade nacional. Nessa perspectiva, a discussão sobre o impacto do estrangeirismo nas identidades nacionais constitui-se como um bom exemplo para ilustrar de maneira mais aplicada a reflexão proposta nos tópicos

anteriores. Acrescenta-se a isso o fato de que o estrangeirismo vem sendo intensificado pela globalização e pela facilitação do acesso à informação.

Como foi visto anteriormente, a identidade requer o compartilhamento de aspectos socioculturais comuns por promover uma identificação em torno dessas semelhanças. No caso das identidades nacionais, Silva (2000) ressalta que esses aspectos normalmente consistem em essencialismos culturais e que o estabelecimento de uma língua comum tem sido recorrente e coincide com a história do surgimento dos Estados modernos. Habermas (2000) também concede grande importância à língua enquanto uma produção sociocultural que impulsiona certa união e identificação entre indivíduos de um grupo.

Além de ser um dos aspectos culturais de maior evidência que é compartilhado pela população de um país (se perguntado sobre as características de determinada população nacional, facilmente será mencionado o idioma que eles falam), a linguagem também é aquilo que intermedia a nossa relação com o mundo, ela forma o nosso psiquismo e nos permite apreender o mundo externo. A teoria sócio-histórica de Vygotsky sobre o desenvolvimento humano explica a importância da linguagem e das interações sociais nesse processo.

O autor parte da premissa de que os processos mentais superiores são mediados por sistemas simbólicos, sendo a linguagem o sistema simbólico básico e comum aos seres humanos. Vygotsky atribui à linguagem a capacidade de intercâmbio social e ressalta que em determinado momento do desenvolvimento o pensamento e a linguagem, cujas origens são diferentes e independentes, passam a se relacionar. Esses dois aspectos se unem devido à necessidade de comunicação social para realização de atividades humanas e, a partir dessa união, a linguagem passa a ser racional e o pensamento se torna verbal. Com isso, para que a comunicação se tornasse efetiva, foi necessário criar um sistema de signos que permitisse a troca de informações específicas. A partir de então, o significado torna-se central na discussão de Vygotsky sobre pensamento e linguagem, visto que é ele que vai permitir essa mediação simbólica entre o "eu" e o "mundo". Assim, os significados são construídos historicamente pelos grupos humanos e estão em constante transformação (OLIVEIRA, 1997). Isso explica as particularidades do significado de determinada palavra em um idioma e a inexistência de sinônimos para outros idiomas em algumas situações.

Vygotsky atribui a mediação simbólica que temos com o mundo à interlocução entre pensamento e linguagem. Ele ressalta ainda a natureza social da linguagem na construção de um sistema de signos e na atribuição de significados. Nessa perspectiva, é fácil compreender que o indivíduo está intimamente ligado à linguagem com a qual se desenvolveu. Foi ela quem permitiu que o pensamento se tornasse verbal e que você pudesse se comunicar com

outros indivíduos. Assim, considerando essa relação próxima entre o indivíduo e a sua língua nativa, a importação incisiva, frequente e irrefletida de estrangeirismos pode repercutir não apenas em aspectos da identidade nacional, como supracitado, como também no modo como o indivíduo concebe o mundo e se comunica.

A linguagem também se configura como o meio no qual as relações de poder podem ser exercidas. Os discursos, entendidos como manifestações da linguagem, trazem visões de mundo que produzem verdades que influenciam os indivíduos a considerá-las naturais. Grande parte dos estudos de Foucault sobre relações de poder é pautada na ideia do poder exercido pelo saber - justamente como decorrência da capacidade da linguagem de comunicar aspectos da realidade. Nesse sentido, o autor ressalta como as relações de poder permeiam toda a sociedade e se fazem presentes no discurso. Bourdieu também destaca o poder simbólico advindo da legitimação que ocorre daquilo que é comunicado, existindo, assim, uma dominação advinda da aceitabilidade de valores e práticas.

Ao falar da língua enquanto aspecto importante para a identidade nacional, não exclui-se os países que têm mais de um idioma oficial. Apesar de Silva (2000) citar a imposição de uma língua nacional única e comum na história do surgimento dos Estados modernos, é sabido que atualmente há vários países que têm mais de uma língua como sendo a oficial, como é o caso de países pertencentes à antiga União Soviética e países africanos, por exemplo. Nesses casos, a questão da identidade nacional também pode ser discutida de modo associado a essa diversidade e a partir dos aspectos históricos da formação do país.

Apesar de muitos países terem mais de um idioma oficial, a relevância desse aspecto para a identidade nacional fica ainda mais evidente quando analisadas situações em que há divisões regionais ou movimentos separatistas em um país. É certo que a coexistência de diferentes idiomas oficiais em um Estado não é o único motivo que justifica esses movimentos de separação territorial, mas ele é frequentemente apontado como um dos exemplos das diferenças culturais que pautam essas discussões. No caso das divisões regionais, é comum ver referências a geografias de países multilíngues baseadas nas regiões em que cada idioma é falado. O mesmo acontece com os movimentos separatistas, contudo, nesses casos, existe uma mobilização interna que defende a criação de um novo país. Um caso bastante emblemático e que tem bastante exposição da mídia é o da Catalunha, na Espanha.

O movimento separatista da Catalunha é decorrente de vários aspectos e remonta à época de formação do atual território espanhol. Por muito tempo a Catalunha foi uma região autônoma e sua formação enquanto Estado Moderno independente remonta ao século XII, tendo sido integrada à Espanha como consequência de disputas das linhas sucessórias no

século XVIII. Desde então, o governo espanhol tenta integrar mais amplamente a região, mas sempre enfrentando resistência. Entre os motivos que justificam os movimentos separatistas estão a relativa autonomia política da região, a sua relevância econômica, os aspectos históricos, a cultura e a língua. A importância desses dois últimos aspectos permite considerar esse movimento separatista como também um movimento cultural. Além da necessidade da população local de exaltar seus costumes, a população também destaca a diferença da língua local como um dos motivos que justificaria tal separação. Segundo Braun (2017), a maior parte da população fala o catalão, sendo considerada língua oficial juntamente com o castelhano. O catalão não é derivado do espanhol, é considerado como tendo uma identidade própria e está presente tanto em instituições regionais, como as políticas e educacionais, como também nas ruas e estradas (BRAUN, 2017).

Outro exemplo de movimento separatista que envolve a discussão sobre diferenças culturais e de língua utilizada pode ser identificado no País Basco. Envolvendo partes do território espanhol e do território francês, sendo o da França significativamente menor se comparado à região espanhola, A região do País Basco reivindica independência há muitas décadas e se caracteriza pelo fato de ter uma cultura distinta dos países que a cerca e ter, também um idioma próprio, o euskara. Esse movimento de reivindicação da independência da região chegou a envolver um grupo separatista conhecido como ETA (*Euskadi Ta Askatasuna* - Pátria Basca e Liberdade), que foi acusado de promover vários atos de terrorismo em apoio à causa (ROSSETTI, 2019).

Como pôde ser visto nesses dois exemplos, a questão da língua na discussão sobre estados nacionais não pauta apenas a questão das identidades nacionais, mas está diretamente relacionada a um certo grau de integração social. Sobre isto, é possível mencionar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) como exemplo, pois demonstra uma integração entre os países lusófonos. Criada com o objetivo de promover a cooperação entre os países falantes da língua portuguesa, as atividades da CPLP não se limitam ao âmbito cultural, promovendo, assim, as mais diversas ações em áreas como educação, saúde e segurança pública.

Considerando a linguagem com base na promoção da integração social, enquanto um dos grandes elementos simbólicos que representam uma nação e, juntamente com esses dois aspectos, sua função privilegiada no desenvolvimento humano de mediar a apreensão e comunicação da realidade, é possível entender a importância da reflexão sobre o fenômeno do estrangeirismo, particularmente no que se refere à discussão de identidades nacionais.

Primeiramente, o estrangeirismo a que me refiro deve ser diferenciado do fenômeno natural de evolução pelo qual os diversos idiomas passam ao longo do tempo. Assim como a cultura, o idioma não é considerado uma produção social estática, pois acompanha a evolução da sociedade e reflete as suas mudanças. O próprio surgimento de muitos idiomas advém da ramificação de línguas preexistentes e de suas adaptações ocorridas em diferentes regiões. Um exemplo conhecido desse processo pode ser dado pela compreensão das línguas de origem latina. Tendo o latim como referência primária, este já tendo também suas ramificações como o latim vulgar, vários idiomas atuais decorrem dele, como é o caso do português, espanhol, italiano, francês e romeno.

O caso do idioma português, mais próximo de nós, já nos permite compreender como a adaptação do idioma é inerente à dinâmica fluida da linguagem e como essa dinâmica, de fato, permite expressar a cultura e a história de um povo. Sabe-se que o português de Portugal e o português do Brasil têm várias diferenças, desde o vocabulário até o modo como as regras gramaticais são usualmente aplicadas. Há palavras do português de Portugal que têm seu significado conhecido no Brasil, contudo, não são utilizadas no país e podem causar estranhamento. Outras, por sua vez, podem nem ao menos ter seu significado conhecido entre os falantes do outro país, ainda que se trate do mesmo idioma. Um exemplo mais específico disso pode ser dado pelas variações regionais. Em um mesmo país, como o Brasil, há palavras que pessoas de regiões diferentes não entendem o significado.

O caso recente de crianças portuguesas falando “brasileiro” é um exemplo que demonstra a dinâmica fluida da linguagem. Segundo apresentou Luz (2021) em um artigo jornalístico publicado há poucos meses, muitos pais portugueses têm notado que os seus filhos estão se expressando de maneira muito parecida com a dos brasileiros: "Dizem grama em vez de relva, autocarro é ônibus, rebuçado é bala, riscas são listras e leite está na geladeira em vez de no frigorífico". Alguns aspectos que teriam ocasionado essa influência, segundo a reportagem, foi a maior exposição a conteúdos na internet durante a pandemia, juntamente com a grande quantidade de conteúdos brasileiros disponíveis. A reportagem também traz a posição de uma professora de linguística sobre a situação, na qual ela afirma que esse fenômeno pode ser visto como uma forma de entender o modo como o uso das palavras remete a contextos culturais diferentes.

Essa diferença linguística presente em um mesmo idioma é um reflexo das particularidades da cultura local onde o idioma evoluiu. Assim, as particularidades linguísticas de determinado idioma refletem suas tradições, retomando o termo utilizado por Giddens (1997), sua história, seus costumes, por meio da criação de determinados símbolos e

na atribuição de significados específicos a eles. No caso do Brasil, há inúmeras palavras cujas origens advêm tanto dos idiomas de origem indígena, como também de origem africana - os dois grupos étnicos que, junto ao europeu, formaram o Brasil. O mesmo pode ser identificado mais localmente em regiões brasileiras que tiveram influências de outros povos ou, até mesmo, pela evolução do idioma que acompanhou as mudanças da sociedade daquela região.

Essa breve exposição teve como objetivo destacar dois aspectos que embasam a discussão sobre estrangeirismo e identidade nacional: essa discussão não pretende excluir as formas naturais de evolução de um idioma ou a influências de um idioma sobre o outro, essas mudanças ocorrem naturalmente e são características da fluidez da linguagem; o objetivo dessa contextualização sobre a origem e evolução dos idiomas foi destacar a forte relação que as línguas têm com a sua respectiva comunidade, pois se constitui como uma expressão da sua realidade a partir da sistematização dos seus símbolos. Dito isso, é possível refletir sobre o impacto do estrangeirismo nas identidades nacionais.

O estrangeirismo é compreendido como o emprego de uma palavra estrangeira em determinado idioma. À luz do *soft power*, esse fenômeno se distingue dos exemplos dados até então porque existe uma intencionalidade de alcançar públicos estrangeiros ao mesmo tempo em que pretende-se exercer influência nesses públicos com base na exportação de suas produções culturais. A grande diferença do estrangeirismo nesse contexto, portanto, está no fato de ser uma influência que não é espontânea, mas, sim, incisiva e ocorre massivamente. Além disso, há também o fato de que essa influência mais incisiva ocorre de maneira sutil, de modo que as relações de poder contidas nela não estão evidentes - diferentemente dos casos de colonização, por exemplo, em que a imposição de outro idioma estava declarada, assim como os motivos para isso.

O fato do estrangeirismo, sob a perspectiva do *soft power*, ocorrer de maneira sutil, mas incisiva e massiva, faz com que esse fenômeno tenha um grande alcance ao mesmo tempo em que não há uma reflexão sobre ele, pois o exercício do poder não é tão facilmente identificado. Soma-se a esses aspectos o processo da globalização, que torna natural a facilidade de acessar informações e conteúdos de diversas regiões, o que torna faz com que a naturalização desse fenômeno seja ainda mais efetiva.

A linguagem é um reflexo da realidade social de um povo, pois, como foi dito por Vygotsky, ela permite a mediação simbólica do indivíduo com o mundo. Isso é trazido por Oliveira (1997) ao citar o exemplo de Vygotsky sobre uma comunidade que tem diversos nomes para se referir aos tipos de neve. Não há isso no português, por exemplo. Isso se dá ao fato de que aquela comunidade achou necessário ter termos específicos para se referir àquilo

que eles vivenciam. Assim, considerando-se a linguagem como um aspecto social, ela promove uma integração entre os membros que compartilham desses mesmos símbolos. A nível individual, ela é fundamental no desenvolvimento do ser humano por mediar o seu contato com o mundo.

A simples integração de palavras estrangeiras ao repertório linguístico de uma população não é capaz de abarcar a complexidade simbólica que um vocábulo local tem. A palavra estrangeira chega aos falantes de outro idioma de maneira relativamente vazia, sem se relacionar com a sua história ou com a sua realidade. Ainda que os falantes da língua nativa não tenham conhecimento das origens de cada que empregam, o fato de terem empregado esse idioma ao longo da sua vida, de terem compartilhando essa língua com a sua comunidade, e também o fato desse idioma ter mediado simbolicamente o seu desenvolvimento, já confere significados específicos ao idioma nativo que a palavra estrangeira não alcança.

Nesse âmbito, cabe ressaltar que a identidade também é considerada como um ato linguístico, como explicou Silva (2000). Assim, a própria ideia de identidade requer a mediação da linguagem. No caso das identidades nacionais, o idioma surge como um dos grandes símbolos que caracterizam uma nação e que promovem identificação entre seus membros. A Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) demonstra essa identificação advinda de um idioma compartilhado. No caso da América Latina, por exemplo, é comum referir-se ao Brasil como sendo um país relativamente isolado dos demais pelo fato de não ser hispanofalante.

Considerando todos esses aspectos, o estrangeirismo não apenas demonstra ser eficaz para o *soft power*, como também levanta questões para as identidades nacionais. A eficácia para o *soft power* reside no fato de que a importação desses termos trazem consigo, ainda que sutilmente, a cultura e os valores do seu país de origem. Isso aproxima essa população daquela realidade estrangeira, o que facilita o aumento da influência desse país, como já foi discutido.

No que se refere às identidades nacionais, as palavras estrangeiras que são simplesmente importadas por outros países não contêm todo o repertório simbólico que existe no idioma local. Assim, a massiva integração de palavras estrangeiras a determinado idioma faz com que vocábulos com pouco significado para a população local sejam empregados mais frequentemente, passando, paulatinamente, a serem utilizados em detrimento de palavras que também existem neste idioma. As repercussões específicas para as identidades nacionais são incertas, mas é sabido que o compartilhamento de símbolos nacionais, como a língua oficial,

pautam a identidade do povo e permite uma relação mais direta com a sua realidade, o que seria lentamente reduzido com a importação irrefletida de palavras estrangeiras - ou seja, sem haver um processo de interpretação que dê um significado local a essas palavras. Ainda, se, como afirma Vygotsky, a linguagem também tem um papel fundamental no desenvolvimento humano individual e social, essas repercussões são ainda mais profundas, pois desvincula paulatinamente o indivíduo e sociedade da sua realidade e impõe a ele formas de ver o mundo que não se comunica com a sua experiência, apenas reflete a experiência de outros.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre identidade caracterizam-se pela complexidade e pela interdisciplinaridade, sendo importantes para a compreensão mais ampla do indivíduo no meio social e tendo grande contribuição da psicologia. As identidades nacionais constituem um objeto de estudo particularmente desafiador, pois, além de complexo e interdisciplinar, requer o diálogo com outros temas de discussão, como cultura, história, relações internacionais e relações de poder. A psicologia social também tem muito a contribuir para as discussões sobre as identidades nacionais, destacando-se a importância de o profissional da psicologia assumir uma postura crítica frente ao contexto social em que está inserido e opor-se às opressões institucionais, como defende Martín-Baró.

O presente estudo, ao propor reflexões e levar questionamentos sobre o impacto do *soft power* nas identidades nacionais, apresentou a abrangência dessa discussão e a importância de compreender a realidade em que estamos inseridos. Foi possível perceber, também, a existência de reflexões paralelas, como a importância dos símbolos e dos discursos na sociedade, da soberania nacional e da consciência regional, além da reflexão acerca da grande projeção das relações de poder na vida dos indivíduos.

Por meio desta análise interdisciplinar, foi possível discutir a importância das produções culturais para as identidades nacionais e como essas identidades são fundamentais para os Estados modernos. Percebeu-se a importância da identidade para um povo e, principalmente, a importância de uma identidade relacionada à realidade daquela comunidade e que seja fruto das experiências e das produções simbólicas locais, não de processos de opressão. Identificou-se, também, o âmbito simbólico como sendo um aspecto central para toda a discussão, pois, além de ser primordial para as identidades, é por meio dele que as relações de poder estudadas pautam-se. Desse modo, pode-se dizer que o exercício do *soft power* se fundamenta na conquista e na instrumentalização do simbólico.

A cultura e os símbolos são aspectos que caracterizam a vida humana e são fundamentais para a identificação dentro de um grupo. Assim, é importante refletir sobre a gravidade das violências simbólicas, segundo o conceito de Bourdieu, pois, ao mesmo tempo em que tira significados importantes para determinada sociedade, esse tipo de violência substitui esses significados por outros que não têm a mesma importância para aquele grupo de indivíduos. Sendo a cultura algo tão particular da atividade humana, a sua instrumentalização para fins políticos e a manipulação de produções culturais de grupos sociais devem ser vistos com preocupação e cuidado.

Além disso, foi possível notar o quão abrangente podem ser os impactos do *soft power*, envolvendo questões referentes às potenciais mudanças nas identidades nacionais, às consequências para ideia de integração social dentro de um Estado e às potenciais representações sociais negativas que podem advir. O modo como a discussão foi elaborada visou ao aprofundamento da reflexão, mostrando o quão intenso pode ser o impacto de exercícios de poder realizados por meio da cultura. O caso do estrangeirismo foi utilizado para aproximar a discussão teórica da prática e, desse modo, facilitar a compreensão da influência sutil, mas de repercussões muito importantes e profundas, para um país.

Com este trabalho, foi possível perceber como algumas práticas que remontam à lógica imperialista ainda se fazem presentes na atualidade e como as consequências de tais práticas são danosas para a cultura e para a identidade de um povo. Deve-se ressaltar o fato de que a maneira como as relações de poder no cenário internacional acontecem não deixa tão evidente a sua natureza de exploração e opressão, como na época das colonizações, mas essa natureza ainda persiste. Desse modo, o objetivo principal deste trabalho foi denunciar a lógica imperialista existente na atualidade e apontar alguns meios pelos quais ela pode se fazer presente, como no caso da utilização desmedida e desnecessária de estrangeirismos. É preciso compreender e preservar aspectos culturais importantes para a história de um povo.

Outro aspecto que deve ser pontuado é a inserção do ser humano na sociedade e a sua relação dialética com o meio social. Nesse sentido, torna-se inevitável o atravessamento do indivíduo por relações de poder e por ideologias, como já afirmava Foucault. Se considerarmos o contexto atual da globalização, alguns aspectos, como o contato com diferentes manifestações culturais, também se tornaram inevitáveis. Isso pode ser identificado no próprio estrangeirismo contido no título deste trabalho que, apesar de ter o estrangeirismo como objeto de estudo e de crítica, admite que determinadas situações são incontornáveis por fazerem parte da instituição em que estamos inseridos, cabendo ao indivíduo uma posição crítica frente àquilo que consome e reproduz.

É importante ressaltar, ainda, o fato de que as mais diversas influências culturais são importantes, bem como o conhecimento destas. É por meio do contato entre diferentes culturas que o indivíduo pode conhecer melhor o mundo e a si mesmo. Contudo, as críticas e reflexões feitas neste trabalho são voltadas para processos que não se configuram como simples influências, não advêm de um processo que respeita as diferenças culturais. As discussões deste trabalho são voltadas aos processos que hierarquizam as produções culturais e a instrumentalizam de modo a atingir um objeto específico próprio, ocasionando, como mencionado, uma violência simbólica.

Finalmente, observou-se que as reflexões presentes neste trabalho sobre o impacto do exercício do *soft power* sobre as identidades nacionais levantam outras questões que podem ser trabalhadas, mas que não puderam compor esse estudo. Assim, alguns pontos importantes para análises futuras que podem contribuir para essa temática são: uma análise focada nas políticas de *soft power* de determinado país e nas repercussões a curto e a longo prazo para os países envolvidos; um estudo baseado no método arqueológico e genealógico de Foucault, buscando-se recuperar as origens, influências e mudanças da identidade nacional de determinado país até os dias de hoje; e, também, discutir a possibilidade de o poder exercido pela cultura acarretar em um sofrimento ético-político decorrente da intensa participação estrangeira em assuntos domésticos, segundo o conceito criado por Sawaia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. A. A. A identidade como representação social. **REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS-POLÍTICA & TRABALHO**, p. 63-73, 1995. Disponível em: <<https://periodicos3.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/6370/19680>>. Acesso em: 29 jan. 2020.

ACNUR alerta sobre necessidades humanitárias no Afeganistão que não podem ser ignoradas. **ACNUR**, 20 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2021/08/20/acnur-alerta-sobre-necessidades-humanitarias-no-afeganistao-que-nao-podem-ser-ignoradas/>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

AGEEVA, V. The Rise and Fall of Russia's Soft Power: Results of the Past Twenty Years. **Russia in Global Affairs**: Paris, v. 19, n. 1, p. 118-145, 2021. Disponível em: <<https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-03384661/document>>. Acesso em: 23 nov. 2021.

ARANTES, S. L. F. Notas sobre a Memória: Identidade e Participação na Psicologia Social. **SCIAS. Direitos Humanos e Educação**, v. 3, n. 2, p. 184-207, 2020. Disponível em: <<https://revista.uemg.br/index.php/sciasdireitoshumanoseduacao/article/view/5143/3181>>. Acesso em: 01 fev. 2022.

Atraso na liberação de insumo da CoronaVac pode alterar cronograma de vacinação a partir de junho, diz diretor do Butantan. **G1**, São Paulo, 10 maio 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/05/10/atraso-na-liberacao-de-insumo-da-coronovac-pode-alterar-cronograma-de-vacinacao-a-partir-de-junho-diz-diretor-do-butantan.ghtml>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

BAGGIO, K. G. A questão da identidade nacional em Porto Rico. **Anais Eletrônicos do III Encontro da ANPHLAC**, São Paulo, 1998. Disponível em: <http://antigo.anphlac.org/sites/default/files/katia_baggio_1.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Nota à imprensa n. 103**, de 16 ago. 2021. Situação no Afeganistão. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/situacao-no-afeganistao>. Acesso em: 09 nov. 2021.

BRAUN, J. Por que a Catalunha quer se separar da Espanha? **Veja**, 27 out. 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/por-que-a-catalunha-quer-ser-independente-da-espanha/>>. Acesso em 20 dez. 2021.

BRÍGIDO, E. I. Michel Foucault: uma análise do poder. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 56-75, 2013. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6172849>>. Acesso em: 14 dez. 2021.

BECKER, B. K. **Manual do candidato: geografia**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

CHAMON, E. M. Q. O.; LACERDA, P. G.; MARCONDES, N. A. V. Um Breve Revisar de Literatura sobre a Teoria das Representações Sociais. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, v. 18, n. 4, p. 451-457, 2017. Disponível em:

<<https://revistaensinoeducacao.pgskroton.com.br/article/view/4063>>. Acesso em: 29 jan. 2022.

CHONG, A. Small state soft power strategies: virtual enlargement in the cases of the Vatican City State and Singapore. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 23, n. 3, p. 383-405, 2010.

CUNHA, E. L. A identidade: entre o indivíduo e a nação. In: ESCÓSSIA, L.; CUNHA, E. L. (Orgs). **A psicologia entre indivíduo e sociedade**. São Cristóvão: Editora UFS, 2008. cap. 3. p. 55-77.

DIAS, M. S. L. O legado de Martín-Baró: a questão da consciência latino americana. **Revista Psicologia para América Latina**, México, n. 33, p. 11-22, 2020. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psilat/n33/a03n33.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2022.

ENNES, M. A.; MARCON, F. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. **Sociologias**, v. 16, n. 35, p. 274-305, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/soc/a/jXq5XN7RP3g6wFJqpQqXBTN/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. ed. 14. São Paulo: Edusp, 2019.

FERREIRINHA, I. M. N.; RAITZ, T. R. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **Revista de Administração Pública**, v. 44, n. 2, p. 367-383, 2010.

FRÓIS, K. P. Globalização e a cultura identidade no mundo de iguais. **Cadernos de pesquisa interdisciplinar em ciências humanas**, v. 5, n. 62, p. 2-10, 2004.

GIDDENS, A. A vida em uma Sociedade Pós-Tradicional. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. 1997. cap. 2, p. 73-133.

GIORDANI, R. L. As relações de poder exercidas através do discurso. **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**, 2011. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/giordani-rosselane-as-relacoes-de-poder-exercidas-atraves-do-discurso.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2021.

GODOY, E. V.; SANTOS, V. M. Um olhar sobre a cultura. **Educação em Revista**, v. 30, p. 15-41, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/g9PftWn8KMYfNPBs7TLfC8D/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

HABERMAS, J. Realizações e limites do estado nacional europeu. In: BALAKRISHNAN, G. (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. cap. 13. p. 297-311.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. (Org.); HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. cap. 3. p. 103-132.

LUZ, P. S. "Há crianças portuguesas que só falam 'brasileiro'". **Diário de Notícias**. 10 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.dn.pt/sociedade/ha-criancas-portuguesas-que-so-falam-brasileiro-14292845.html>>. Acesso em: 28 jan. 2022.

MAIA, A. C. Sobre a analítica do poder de Foucault. **Tempo social**. USP, São Paulo. v. 7, n. 1-2, p. 83-103, 1995. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/kZQ4PCrVpty5fcFp3V4CCtd/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2021.

MANZANO, F. EUA concluem retirada das tropas do Afeganistão após 20 anos de ocupação. **G1**, 30 ago. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/08/30/eua-concluem-retirada-das-tropas-do-afeganistao.ghtml>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/epsic/a/T997nnKHfd3FwVQnWYYGdqj/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2021.

NAIRN, T. O internacionalismo e o segundo advento. In: BALAKRISHNAN, G. (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. cap. 12. p. 283-296.

NYE JR., Joseph S. Soft power. **Foreign policy**, n. 80, p. 153-171, 1990.

_____. **Soft power: The means to success in world politics**. Public affairs, 2004.

ORTIZ, R. Estado autoritário e cultura. In: _____. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. cap. 5, p. 79-126.

OLIVEIRA, M. K. Pensamento e Linguagem. In: _____. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1997, cap. 3, p. 41-79.

PASSARINHO, N. Afeganistão: 'Não fomos lá para formar uma nação'; os argumentos de Biden para abandonar o país. **BBC News Brasil**, Londres, 16. ago. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58206535>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

POSSA, J. De BTS a "Parasita", entenda como a Coreia do Sul aplica o "soft power". **Poder 360**, 28 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/internacional/de-bts-a-parasita-entenda-como-a-coreia-do-sul-aplica-o-soft-power/>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

QUANDT, T. *et al.* Fake news. **The international encyclopedia of journalism studies**, p. 1-6, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Thorsten-Quandt/publication/332749986_Fake_News/links/5ce64720a6fdccc9ddc70bd2/Fake-News.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

ROBERTSON, R. Mapeamento da condição global: globalização como conceito central. In: FEATHERSTONE, M. (Coord.). **Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade**. Tradução de Anílio Brunetta. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. cap. 1, p. 23-39.

RODRIGUES, N. Complexo de vira-latas. In: **À sombra das chuteiras imortais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 51-52. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/cdrom/rodrigues03/rodrigues3.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2022.

ROSSETTI, V. Entenda os movimentos separatistas da Espanha. **Guia do Estudante**. 16 ago. 2019. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/coluna/atualidades-vestibular/entenda-os-movimentos-separatistas-da-espanha/>>. Acesso em 20 dez. 2021

SCHADEN, E. Antropologia-Aculturação e Assimilação dos Índios do Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 2, p. 7-14, 1967. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/45636/49234>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (Org.); HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. cap. 2. p. 73-102.

TILIO, R. C. Reflexões acerca do conceito de cultura. **Revista eletrônica do Instituto de Humanidades**, v. 7, n. 27, p. 35-46, 2008. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/reihm/article/view/213>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

VASCONCELLOS, L. M. V.; CAETANO, V. N. Diálogo entre representação social e identidade: considerações iniciais. **IX SIMPÓSIO EDUCAÇÃO E SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: DESAFIOS E PROPOSTAS, A ESCOLA E SEUS SENTIDOS**, v. 9, p. 1-12, 2014. Disponível em : <http://www.cap.uerj.br/site/images/trabalhos_espacos_de_dialogos/13-Vasconcellos_e_Caetano.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2022.

WALLERSTEIN, I. A cultura como campo de batalha ideológico do sistema mundial moderno. In: FEATHERSTONE, M. (Coord.). **Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. cap. 2, p. 41-67.

ZAMORANO, Mariano Martín. Reframing cultural diplomacy: the instrumentalization of culture under the soft power theory. **Culture Unbound**, v. 8, n. 2, p. 165-186, 2016. Disponível em: <<https://journal.ep.liu.se/CU/article/view/1814>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

